ANTICAPITALISTA #1

JAN/FEV 2017 | REDEANTICAPITALISTA.NET

Manifesto da Rede Anticapitalista ✪ Minutas das reuniões da Rede Anticapitalista ✪ Alterações climáticas: a maior tarefa alguma vez colocada à esquerda anticapitalista ✪ Precariedade e Função Pública, o princípio do fim da troika? ✪ Os precários do Centro Hospitalar do Oeste são o corpo e a voz de quem luta pelo fim da precariedade no Estado ✪ Campanha contra o assédio sexual em espaço público - Não sejas Trump! ✪ O Brasil no Fim do Mundo? Como pode um governo tão debilitado como o de Temer desferir ataques tão devastadores? ✪ Adesão à UE: trinta anos de ilusão e fracasso ✪ A hipótese socialista ✪ A Jaula de Aço, Max Weber e o marxismo weberiano ✪ Conferência Nacional da Rede Anticapitalista Artigos de Adriano Campos, Andrea Peniche, Francisco Louçã, João Camargo, Jorge Costa, Luís Leiria, Manuel Garí, Maria Manuel Rola, Ricardo Vicente ✪

Anticapitalista #1 | Jan/Fev 2017

3 Manifesto da Rede Anticapitalista

4 Editorial: Que força é essa?
Adriano Campos e Andrea Peniche

Em Rede

5 Minutas das reuniões da Rede Anticapitalista

6 Alterações climáticas: a maior tarefa alguma vez colocada à esquerda anticapitalista
João Camargo

10 Precariedade e Função Pública, o princípio do fim da troika?
Maria Manuel Rola

12 Os precários do Centro Hospitalar do Oeste são o corpo e a voz de quem luta pelo fim da precariedade no Estado
Ricardo Vicente

Vai acontecer

15 Campanha contra o assédio sexual em espaço público – Não sejas Trump!
Andrea Peniche

Sem Fronteiras

16 O Brasil no Fim do Mundo? Como pode um governo tão debilitado como o de Temer desferir ataques tão devastadores?
Luís Leiria

Fundamentos

19 Trinta anos de ilusão e fracasso
Francisco Louçã

29 A hipótese socialista
Manuel Garí

Outras Palavras

33 A Jaula de Aço, Max Weber e o marxismo weberiano
Jorge Costa

36 Conferência nacional da Rede Anticapitalista

redeanticapitalista.net
facebook.com/redeanticapitalista
info@redeanticapitalista.net

Manifesto da Rede Anticapitalista

As últimas duas décadas foram marcadas pelo recuo na relação de forças social. Nesse período difícil, o Bloco provou que a esquerda revolucionária pode ter um caminho diferente da absorção pelo PS e pelo institucionalismo. Essa insubordinação assenta numa cultura de conflito político e social.

A autonomia do Bloco face ao centro continua a depender dessa cultura. Se estiver reduzido a ser uma referência institucional para as lutas existentes, o Bloco corre o risco da conformação. Pelo contrário, devemos ser um agente social mobilizador, escola e laboratório, corpo militante, dedicados a dar maior alcance ao conteúdo anticapitalista de cada luta, de modo consistente com uma estratégia socialista.

Ensaiam-se hoje os passos constituintes de futuras transformações. Nas experiências de movimento que construirmos devem desenvolver-se as estruturas participativas da luta contra-hegemónica, em que se revelem a natureza do sistema e os modos concretos de o enfrentar. Acumular forças é isso: gerar experiência militante contínua, que junta e prepara, conquista e defende, perde e ganha, regista e transmite. Nenhum partido se constrói em progresso linear, muito menos só eleitoral.

Esta Rede Anticapitalista tem um objetivo muito concreto, de curto, médio e longo prazo: contribuir para mudar a prática partidária quanto aos movimentos e lutas sociais. Sem um esforço consciente, debatido abertamente e feito de energias novas, muitas das atuais estruturas do Bloco não serão capazes de mudar as suas piores rotinas. Perante essa dificuldade, recusamos o recuo para o fechamento em grupos, mais em torno de pessoas do que de ideias, do passado e não do futuro, formas de sectarismo interno que afastam o Bloco do trabalho de base e que servem de justificação para uma cultura de impotência. Aqui estamos, para combater esse fechamento e contribuir para que a renovação da esquerda revolucionária venha da luta social.

Não somos uma nova tendência, não viemos disputar uma nova hegemonia no Bloco ou outro equilíbrio de direção. Como bloquistas, apoiamos a força da Catarina Martins e reconhecemo-nos na voz que a Mariana Mortágua ou a Marisa Matias souberam dar ao Bloco. Estivemos ativamente na Moção U e julgamos que a Plataforma Unitária continua a ser indispensável: protegeu a cultura de convergência do Bloco quando esta esteve ameaçada e produz uma orientação forte, socialista e de combate, que continua a fazer caminho, na conjugação necessária à ação do Bloco. Debate plural é isso: procura de consensos para a ação e não contagens de espingardas ou rituais de afirmação de identidades fechadas. Mas, como está, o Bloco não consegue superar as suas limitações e crescer como partido: é por isso que queremos desbloquear o trabalho de base e combater as resistências à intervenção social. Faltam-nos mais movimentos de causas, trabalho sindical, coletivos nos locais de trabalho, jovens ativistas e uma cultura de insubmissão que organize, responda e vire do avesso o poder do capital e de todas as opressões.

De forma aberta e online, escreveremos as nossas ideias, discutiremos como incentivar o trabalho de base, em articulação com quem queira essa mudança que consolida a identidade do Bloco: um partido na luta social, um movimento nas ideias e uma força na brecha contra o capitalismo e todas as dominações. A Rede Anticapitalista é por isso um manifesto pelo ativismo de base, contra as seitas, pela luta socialista.

Que força é essa?

ADRIANO CAMPOS* E ANDREA PENICHE**

Neste número inaugural da revista *Anticapitalista* queremos ensaiar os caminhos possíveis para uma ação militante e transformadora. Mais do que uma publicação bimestral, a revista da Rede Anticapitalista apresenta-se como uma bússola para as lutas que estão por fazer. Não será um espaço de embate interno, nem perderemos tempo com jogos de facções. Temos um compromisso e voltamos a repeti-lo: queremos contribuir para mudar a prática partidária quanto aos movimentos e lutas sociais, para que a renovação da esquerda revolucionária venha do confronto social. É esse o trabalho que escasseia e que necessita de um pensamento crítico que o dote de sentido e ação.

Para tal, as nossas coordenadas serão fixas: em todos os números apresentaremos as decisões que a Rede Anticapitalista toma nas suas reuniões, garantindo a sua partilha e participação coletiva. Na rubrica *Em Rede* trataremos das lutas em que estamos envolvidos e queremos ser parte ativa. Neste número, o João Camargo fala-nos das batalhas contra as alterações climáticas e da resposta ecossocialista a construir. No campo do trabalho, a integração dos precários do Estado está no centro da ação, como retrata a Maria Manuel Rola, e cujo exemplo dos trabalhadores do Centro Hospitalar do Oeste nos é apresentado pelo Ricardo Vicente. Por fim, falamos das primeiras reações ao crescimento da misoginia nos EUA e na Europa, com o evento global – Marcha das Mulheres – a 21 de janeiro e a campanha "Não sejas Trump!". O Luís Leiria traz-nos as últimas novidades de um Brasil em ebulição, ilustrando a rubrica internacional *Sem Fronteiras*. Em *Fundamentos*, espaço de teorização e análise, o Francisco Louçã trata o legado dos trinta anos de ilusão e fracasso que marcam a entrada de Portugal na União Europeia, alertando para os riscos de uma nova crise económica no horizonte. O debate para a reformulação da hipótese socialista e os pressupostos para uma sociedade segura fica a cargo do Manuel Garí. Já o apontamento de recensão crítica *Outras Palavras* é preenchido pelo Jorge Costa, que se debruça sobre o marxismo weberiano presente em *A Jaula de Aço*, um dos últimos livros de Michael Löwi.

Destas leituras profanas fica o desafio para uma Rede Anticapitalista, ativista e revolucionária.

*Sociólogo. Ativista contra a precariedade, animador do espaço ContraBando e dirigente do Bloco de Esquerda. Publicou recentemente *A Falácia do Empreendedorismo* (com José Soeiro).

**Coordenadora editorial. Ativista do movimento feminista e militante do Bloco de Esquerda.

MINUTAS DAS REUNIÕES DA REDE ANTICAPITALISTA

SETEMBRO | LISBOA, PORTO E COIMBRA

POSSIBILIDADES PRÁTICAS PARA UM MOVIMENTO PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Apresentação do tema:

- O impacto da forma atual da produção industrial e de serviços num planeta totalmente dominado pela acumulação do capital converteu-se num perigo para a humanidade.

- O risco de aumento de 4 a 5ºC da temperatura média ao longo do século XXI corresponderia a um impacto não registado em dezenas de milhões de anos (o Homo Sapiens tem 250 mil anos). A alteração de somente 1ºC já nos aproxima das condições do Holoceno, no fim da última grande glaciação.

- Esse risco não está a ser corrigido pelas medidas até hoje adotadas a nível internacional, que apenas mitigam os efeitos sem travarem as causas das alterações climáticas. As alterações climáticas poderão por isso causar ou acentuar conflitos em torno da posse da água e dos recursos essenciais, das migrações, da localização das populações e novas guerras.

- As alterações climáticas têm várias características assinaláveis - efeitos em larga escala, diferenças temporais importantes entre as causas e as consequências, incerteza crescente - mas efeitos públicos evidentes. As respostas exigem, por isso, medidas sociais estruturais, alterando o modo de produção e garantindo a socialização dos recursos. O capitalismo é o inimigo da humanidade. A agenda da esquerda deve ser a destruição do capitalismo. A única agenda para as alterações climáticas que pode funcionar é a agenda anticapitalista.

- A Rede Anticapitalista está empenhada no trabalho de base para a constituição e reforço de movimentos sociais e considera que as convergências para ações contra as alterações climáticas devem ter dois objetivos imediatos:

i. Mobilizar da forma mais aberta e unitária, constituindo redes de ativismo que possam assumir plataformas permanentes e suscitar ações em continuidade;

ii. Discutir e politizar o movimento, apresentando alternativas anticapitalistas à forma de organização da produção, à acumulação de capital, ao uso dos bens comuns da natureza, à distribuição social.

OUTUBRO | LISBOA

PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO EM REDE

Dois momentos marcaram o desmantelamento da Escola Pública nos últimos anos. Primeiro, com Maria de Lurdes Rodrigues, na guerra aos professores e, depois, com Nuno Crato, na guerra à própria ideia de escola pública: criaram-se mega-agrupamentos e a figura do diretor todo-poderoso, alteraram-se programas, criaram-se metas desajustadas aos alunos, aumentou o número de alunos por turma, cortou-se em número de psicólogos e funcionários, muitos deles recrutados com base em trabalho forçado entre beneficiários do RSI.

Atualmente, há enormes assimetrias entre escolas na oferta formativa, tal como nas condições físicas e materiais, até dentro da mesma zona geográfica. As comunidades escolares entraram em dormência e passividade. As direções escolares são inoperantes, a classe docente está cansada e envelhecida e muitas Associações de Pais esvaziaram-se, tendo a seu cargo o Complemento de Apoio à Família e as Atividades de Enriquecimento Curricular mediante relações de dependência com as autarquias.

Às famílias é assacada, de forma velada, a "culpa" pelo insucesso escolar, enquanto a escola aliena responsabilidades, através de chumbos, exames e TPC como extensão da escola para o espaço doméstico. Não aceitamos esse regime: os pais e cuidadores precisam de tempo para as crianças e as crianças precisam de tempo para brincar, ler, jogar ou simplesmente estar com as suas famílias. Os familiares e encarregados de educação não são professores dos filhos nem têm que ser (ou querer/poder pagar) explicadores.

O Bloco de Esquerda tem muitos militantes e simpatizantes ativos enquanto pais e encarregados de educação. É necessário reunir esses ativistas para debater uma política alternativa e formas de mobilização de pais e encarregados de educação.

NOVEMBRO | PORTO

FEMINISMOS - NÃO SEJAS TRUMP!

(ver apresentação e desenvolvimento da campanha contra o assédio sexual em *Vai Acontecer*)

DEZEMBRO | COIMBRA

FEMINISMOS - NÃO SEJAS TRUMP!

Foi apresentada e debatida a campanha sobre assédio sexual em espaço público, assim como a convocação da manifestação internacional de 21 de janeiro – Marcha das Mulheres. Acertamos calendários e partilhamos ideias, tendo Coimbra passado a fazer parte da rede de cidades onde a campanha acontecerá.

Alterações climáticas: a maior tarefa alguma vez colocada à esquerda anticapitalista

JOÃO CAMARGO*

Foto Joe Brusky Licença CC BY-NC 2.0

O fracasso das negociações de Marraquexe para implementar o Acordo de Paris, representando apenas a última desilusão de um processo com 22 anos sem avanços na travagem do aquecimento global, é o momento-chave para definir os campos de batalha pelo clima: a cada novo projeto de combustíveis fósseis, a luta é contra a catástrofe. Mas o combate ao capitalismo suicida conta ainda com demasiado poucos militantes.

Em 22 anos, a Convenção-Quadro das Nações Unidas nunca conseguiu fazer com que as emissões de gases com efeito de estufa se reduzissem. O Protocolo de Kyoto, forçado pelos Estados Unidos para evitar a imposição de um imposto sobre as emissões de carbono, não foi ratificado por três países: o Sudão, o Afeganistão... e os Estados Unidos, o maior emissor de gases com efeito de estufa à data. Mesmo sem este país, o Protocolo não conseguiu reduzir as emissões nos restantes. O único período nos últimos 22 anos em que as emissões reduziram foi durante a crise financeira de 2007-2008. No ano seguinte, retomaram a sua ascensão, que continua até hoje. Estamos, neste momento, no terceiro ano consecutivo em que se bate o recorde de temperaturas médias globais. 2016 será o ano mais quente desde que há registos. Entretanto, os Estados Unidos foram ultrapassados pela China em emissões (largamente devidas à indústria que alimenta o resto do planeta com tecnologia e outros produtos), embora ocupem o primeiro lugar na produção de combustíveis fósseis, muito à custa da "revolução" do *fracking*, técnica da fratura hidráulica que envolve a destruição do subsolo com mais de seis centenas de químicos diferentes, contaminando solos, águas, subsolo e atmosfera para obter gás e petróleo de difícil extração. Para o Acordo de Paris, uma vez mais os países do mundo adaptaram as negociações para Barack Obama conseguir ultrapassar a Câmara dos Representantes, e por isso o acordo não é vinculativo.

Um ano depois, a vitória de Trump ameaça tornar um acordo impotente num acordo inexistente. A ascensão da China como "líder" no processo de transição para as energias renováveis demonstra como de facto a vanguarda do capitalismo de base industrial se deslocou para esse país onde se coordena a produção com uma mão de obra massiva e basicamente escrava. A China posiciona-se na frente de uma nova revolução industrial que mudará a produção energética, respondendo à sua própria falta de recursos, como o petróleo e o gás, e baseando-se no carvão, no nuclear, no vento e no solar. Os Estados Unidos sob Trump terão dificuldades em conseguir responder.

Paradoxalmente, é hoje o "mercado" que lidera a transição energética, com o investimento privado em energias renováveis a ultrapassar o investimento privado em energias fósseis no ano de 2015. As empresas fósseis dependem dos Estados para sobreviver, com o investimento público, os subsídios e os perdões fiscais em fósseis a suplantarem as renováveis numa escala de 4 para 1. O capitalismo de Estado,

tal como preconizado na visão eleitoral protofascista protecionista de Donald Trump, é a única possibilidade de sobrevivência das indústrias do carvão, do petróleo e do gás.

Hoje, os conflitos ambientais contra a exploração de fósseis e demais formas de extrativismo não são apenas lutas locais pelo ambiente, senão conflitos abertos pelos bens comuns, pela água, pelo ar, pelos solos e pela terra. Os conflitos anti*fracking* no Brasil, em Inglaterra, em Itália, no Estado Espanhol, na Argélia, na Roménia e em muitos outros locais são os principais campos de batalha contra as alterações climáticas. Os conflitos contra as infraestruturas de transporte e armazenamento de fósseis, contra a construção de oleodutos e gasodutos nos Estados Unidos, como o *Keystone XL* ou *Standing Rock* no Dakota do Norte, como o *Kinder Morgan* no Canadá, como o *MedCat* na Catalunha, a central de armazenamento de gás no Parque de Doñana ou o gigantesco Transadriático do Azerbeijão até Itália são e serão os campos de batalha contra as alterações climáticas. Perante a necessidade de se manter o aumento da temperatura na ordem dos 2ºC, quando comparado com a era pré-industrial, até 2100, o orçamento de carbono exige que 80% das reservas conhecidas de combustíveis fósseis não podem ser exploradas, isto é, que nenhum novo projecto de exploração de fósseis pode avançar. Significa também que nos próximos 15 a 20 anos o planeta tem de entrar num declínio vertiginoso do consumo de combustíveis fósseis. Nada menos do que uma revolução (social, económica, produtiva, energética, alimentar, de transportes e comércio) alcançará isto.

EM PORTUGAL, AS 15 CONCESSÕES DE PROSPEÇÃO E EXPLORAÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO SÃO O PRIMEIRO CAMPO DE BATALHA NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. ALJEZUR, TAVIRA, BATALHA, POMBAL E TODOS OS MUNICÍPIOS DO LITORAL, DESDE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO ATÉ AO PORTO SÃO OS MAIS EVIDENTES LOCAIS ONDE ESTE COMBATE TEM DE SE INTENSIFICAR.

Em Portugal, as 15 concessões de prospeção e exploração de gás e petróleo são o primeiro campo de batalha no combate às alterações climáticas. Aljezur, Tavira, Batalha, Pombal e todos os municípios do litoral, desde Vila Real de Santo António até ao Porto são os mais evidentes locais onde este combate tem de se intensificar. Isto significa pouco menos do que todo o país. Intensificar este combate significa também levá-lo às suas consequências óbvias: se não podemos obter a nossa energia a partir de combustíveis fósseis, como o faremos? Em Portugal, a inexistência de cooperativas de produção energética local (com excepção da Coopérnico) dificulta passos decididos nesta direção. A nacionalização da EDP e da REN em favor do Estado Chinês é um monstro contra uma mudança democrática na produção energética e, porventura, um dos maiores crimes perpetrados pelo anterior governo PSD-CDS, mas facilita escolhas que poderiam ser espinhosas: não será a partir de gigantescas fontes concentradas de energia, quer barragens, quer centrais eléctricas de ciclo combinado (o gás "natural" emite tantos ou mais gases com efeito de estufa do que o carvão), quer gigantescas instalações de energia solar ou energia eólica que se poderá fazer esta transição, mas sim a partir de uma deslocalização da produção.

Não nos enganemos: a tecnologia para esta transição energética existe, mas também tem impactos ambientais. A questão é que neste momento não existe nenhuma dúvida de que o corte de emissões de gases com efeito de estufa é a prioridade absoluta. Concorremos neste campo com uma panóplia de enganos: carros eléctricos, biocombustíveis, gás natural como "energia de transição". O capitalismo verde não está preocupado em cortar emissões, está preocupado, como sempre, em obter lucro. A criação de campanhas massivas de desinformação e da ideia de transições suaves num clima em convulsão é apenas mais uma fraude: a redução de consumos energéticos e a conservação de solos e águas são imprescindíveis. Dirão que isso significa "viver nas cavernas". O *business as usual*, ou mesmo a "transição suave" do capitalismo verde (que não corta as emissões e em muitos casos até as aumenta enquanto massaja o cérebro descontraído de quem não aceita mudar de vida) significarão muito literalmente viver nas cavernas: a falência em grande escala de colheitas, os fenómenos climáticos extremos, cheias e secas em escala sem precedentes, com as consequentes migrações em massa, em fuga da escassez e dos inevitáveis conflitos derivados da mesma, atirarão a Humanidade para uma situação desconhecida em que, mais do que nunca, o "Socialismo ou Barbárie" será a questão.

Em Marraquexe, António Costa declarou que Por-

tugal será "carbono neutro" até 2050. A formulação "carbono neutro" não equivale a não ter emissões, mas sim a que o balanço entre emissores e sumidouros de carbono se anule. Em Portugal alimenta-se a fábula de que a floresta é um sumidouro de carbono, isto é, que retém dióxido de carbono, como se de três em três anos não ardessem mais de 100 mil hectares, o que torna a floresta um dos maiores emissores de gases com efeito de estufa no país. Mas esta declaração significa que nos próximos 34 anos (excedendo o tempo de ação efetiva para travar o caos climático) tudo, desde a produção energética, os transportes, as habitações, a agricultura, a floresta, terá de mudar. E obviamente que a questão das concessões de petróleo e de gás terá de ser definitivamente encerrada.

A tarefa hoje é repensar estas questões a partir de uma perspetiva de justiça climática, combatendo simultaneamente as alterações climáticas a partir da mitigação e adaptação, e a partir da justiça social, socialista, internacionalista e revolucionária. A disputa, organizativa e em termos de perspetiva, prende-se com quem liderará este processo: aqueles que veem as alterações climáticas como apenas mais uma nova oportunidade de negócio e que estarão sempre disponíveis para negociar a extensão das emissões e a morte de milhões de pessoas pelo planeta em troca da continuação do lucro (e que mais cedo abdicarão de salvar a espécie humana ou de abandonar-se à resignação, do que de derrubar o capitalismo), ou uma esquerda radical e ecossocialista, criando e apoiando no terreno as linhas da frente no combate aos fósseis, ao mesmo tempo que pensa e materializa a produção e a economia que possam cumprir a gigantesca tarefa da justiça climática. Não há nada de abstrato e de longínquo nisto, os efeitos das alterações climáticas já estão a sentir-se amplamente e magnificarão todas as desigualdades: de classe, género, etnia, orientação sexual, religião e cultura. Esta é a maior tarefa que alguma vez poderíamos imaginar, e não é um compromisso vago: tem uma data de validade, o que significa que a maioria dos e das militantes que hoje se envolvem nesta luta saberá em poucas décadas se sucederam ou não. Não há outra luta final que não seja esta.

NÃO HÁ NADA DE ABSTRATO E DE LONGÍNQUO NISTO, OS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS JÁ ESTÃO A SENTIR-SE AMPLAMENTE E MAGNIFICARÃO TODAS AS DESIGUALDADES: DE CLASSE, GÉNERO, ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL, RELIGIÃO E CULTURA. ESTA É A MAIOR TAREFA QUE ALGUMA VEZ PODERÍAMOS IMAGINAR, E NÃO É UM COMPROMISSO VAGO.

*Engenheiro agrónomo e engenheiro do ambiente, investigador em alterações climáticas. Dirigente da Associação de Combate à Precariedade - *Precários Inflexíveis* e ativista pela justiça climática no movimento *Climáximo*. Dirigente do Bloco de Esquerda.

Precariedade e Função Pública, o princípio do fim da troika?

MARIA MANUEL ROLA*

Nos últimos anos, os cortes impostos pela Troika – executados com excitação pelo anterior governo – afetaram as funções primordiais que o Estado deve garantir. A par da perda de capacidade de investimento na qualidade e manutenção destes serviços, os profissionais que neles trabalham foram alvos cirúrgicos de um ataque sem precedentes. A cegueira ideológica – "bom Estado é Estado nenhum" – e a fabricação de uma narrativa da dívida, que serviu esse discurso, abriram caminho ao saque austeritário: congelamento e cortes nas remunerações, confisco de subsídios, aumento das horas de trabalho e perda generalizada de direitos.

O garrote sobre os serviços públicos e os seus profissionais apertou-se ainda mais com o congelamento na contratação pública imposto pelo anterior governo, e cuja cláusula de acesso aos vínculos na Função Pública (por cada duas pessoas que saem, apenas uma pode entrar), assumida pelo atual executivo, não é capaz de resolver o problema. Resultado: os serviços públicos são agora garantidos por precários. Dos cerca de 650 000 funcionários da administração pública, os precários rondam os 110 000, segundo Eugénio Rosa. Ou seja, mais de 15% dos serviços públicos são hoje garantidos por pessoas com vínculos que, na melhor das hipóteses, são contratos a termo ou, na pior, são Contratos Emprego Inserção, os CEI e os CEI+. Quem trabalha sob estes contratos, um verdadeiro regime de trabalho forçado alimentado pelo próprio Estado, a par do seu subsídio de desemprego ou RSI recebe uma majoração de 84 €.

Quando temos a certeza de que estes serviços não funcionariam sem estes profissionais, esta perversidade torna-se insuportável. E é inaceitável quando esta situação contratual implica a certeza da instabilidade e a injustiça de que estas pessoas serão alvo: as únicas garantias dadas por estes contratos são, portanto, a não repartição do pagamento de prestações sociais com a entidade que as emprega, a não vinculação, a contração de dívidas à Segurança Social, o não acesso a direitos que deveriam ser garantidos pelas prestações sociais, que estes trabalhadores e trabalhadoras pagam quase a triplicar (de 11% para 29,6%), a pressão/assédio moral sem possibilidade de sequer contemplar uma queixa, entre outras situações.

E estas pessoas e vínculos estão por todo lado. São os recibos verdes nos formadores do IEFP, os contratos de prestação de serviços ou *outsourcing* na RTP, os contratos Emprego Inserção no Centro Nacional de Pensões e na Câmara Municipal do Porto - que tem 133 - e em tantas outras pelo país, os trabalhadores mediados por empresas de trabalho temporário - *outsourcing* - no Centro Hospitalar do Oeste, os falsos recibos verdes na Santa Casa da Misericórdia, os contratos temporários em diversos serviços do Estado, as bolsas da FCT para suprimir a necessidade de técnicos de investigação ou serviços administrativos permanentes em laboratórios de investigação, os professores do ensino superior e politécnico contratados a termo e a tempo parcial anos a fio, os assistentes operacionais em escolas e hospitais com contratos Emprego Inserção... E o fumo sobre estas certezas, que os precários do país há muito vinham a relatar, ainda agora se está a dissipar.

NOVO CICLO POLÍTICO, RECUPERAR RENDIMENTOS E DIREITOS

Entretanto, o governo mudou e os protagonistas do novo ciclo político não podem mais ignorar as reivindicações dos precários. Já não há negação de evidências, mas antes a inscrição no Orçamento de Estado para 2016 de um plano de combate à precariedade e no Orçamento de Estado para 2017 de um acordo de princípio para a regularização de precários do Estado.

Na prática, temos uma promessa de um levantamento da situação por parte do governo e de que esse levantamento levará aos vínculos necessários.

Mas essa promessa não chega. O momento de fazer exigências, de mobilizar, mas, principalmente, de organizar (e solidarizar com) todo o precariado é agora, dos utentes aos colegas com vínculos, aos familiares e amigos, e da união entre todo o precariado de todas as áreas e serviços do Estado. Não se pode exigir menos de que todos os direitos. A precariedade *light* não serve, deixar alguns para trás também não.

UM PROCESSO EM CURSO, UMA ORGANIZAÇÃO URGENTE

Analisemos o que se sabe, pois o processo levanta mais questões do que respostas. Com base em que critérios se fará o levantamento anunciado e de que forma serão integradas estas pessoas? Critérios de laboralidade - como a subordinação hierárquica ou o preenchimento de postos de trabalho permanentes - são justos, mas existem outros - como o do "horário completo" - que não são aceitáveis. A título de exemplo, os formadores de IEFP ou os professores contratados do ensino politécnico muitas vezes não têm horário completo, fruto da própria precariedade a que estão sujeitos. Com este truque garante-se a redução do salário e dos direitos, sendo sabido que estes profissionais asseguram muito mais do que o horário que lhes é formalmente atribuído. O horário a tempo parcial não significa a ausência de uma necessidade permanente, subordinada hierarquicamente, e nisto não podemos transigir.

COM BASE EM QUE CRITÉRIOS SE FARÁ O LEVANTAMENTO ANUNCIADO DO NÚMERO DE PRECÁRIOS NO ESTADO E DE QUE FORMA SERÃO INTEGRADAS ESTAS PESSOAS?

Mas a questão mais preocupante, de momento, é a forma como o relatório vai dar conta de que existem vínculos precários na Administração Pública. Serão os dados facultados por serviço ou por ministério? Haverá possibilidade de escrutínio por parte dos trabalhadores e trabalhadoras? Haverá possibilidade de um escrutínio real e transparente por parte dos partidos? Estarão os trabalhadores das empresas de *outsourcing* contemplados neste estudo?

NINGUÉM FICA PARA TRÁS!

Para que o processo seja transparente e não deixe ninguém para trás, temos de garantir que o referido levantamento dos precários no Estado é feito de forma exigente. E é aqui que entramos. A nossa exigência tem de ser enorme. Percebemos agora que os avanços só se fazem sentir nos espaços em que a mobilização e a pressão social foram uma constante ao longo dos últimos anos. Essa organização obriga o governo a ouvir-nos e justamente agora não podemos cruzar os braços, há que manter a pressão alta, debater, organizar e exigir que todos e todas sejam integrados. Para isto, urge a organização de todos os precários do Estado, assim como a solidariedade de toda a comunidade, utentes e colegas já vinculados.

A organização começa a sentir-se. Um manifesto/petição lançado por várias organizações de precários empresta e pede a voz a quem é precário e a quem se solidariza: "Somos Precários do Estado, somos também seus familiares, amigos, utentes, e contamos com a solidariedade de todas e todos aqueles que querem melhores serviços públicos". Este manifesto/petição conta já com a subscrição do Movimento de Precários do Centro Hospitalar Oeste, da Associação de Profissionais no Regime de Amas, dos Estagiários PEPAC da Casa Pia de Lisboa, da Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis, mas aguarda por mais subscrições e apoios solidários. É preciso desafiar os sindicatos da Função Pública, as associações de utentes dos serviços públicos, os CEI da Câmara Municipal do Porto, os formadores do IEFP de Viana do Castelo, a organização de precários da RTP e tantos outros. É esse o trabalho que ainda falta fazer, organizar e apoiar, e é também esse o trabalho que, enquanto ativistas, nos compete abraçar. Não chega ter um acordo de princípio e apontar as esperanças à ação governativa. Os números de precários têm de sair cá para fora antes, o precariado tem de se organizar e reivindicar a sua integração. É necessário fazer assembleias para se delinear uma estratégia comum, é necessário reconhecimento público, o desenho concreto da realidade, a projeção de números reais, os rostos e os nomes das pessoas que garantem os nossos serviços públicos. Elas e nós dependemos disso.

*Designer de comunicação. Ativista da Associação de Combate à Precariedade - *Precários Inflexíveis* e dirigente do Bloco de Esquerda.

Foto Precários do CHO

Os precários do Centro Hospitalar do Oeste são o corpo e a voz de quem luta pelo fim da precariedade no Estado

RICARDO VICENTE*

Este texto reúne aprendizagens e reflexões para futuro sobre a organização de precários e a luta pelos seus direitos no trabalho e parte da análise ao percurso realizado pelos precários do Centro Hospitalar do Oeste, que foram protagonistas de um processo histórico no movimento de precários em Portugal, em luta pela igualdade de direitos, à porta de uma onda de esperança e mobilização pelo fim da precariedade no Estado.

REBENTA A BOLHA, JÁ BASTA DE PRECARIEDADE NO ESTADO

Este é o atual sentimento maioritário entre os milhares de trabalhadores e trabalhadoras precárias que trabalham no Estado, dos hospitais aos centros de investigação, das câmaras municipais aos centros de emprego. O anúncio de um acordo para a integração dos trabalhadores precários nos quadros do Estado impulsionou a consciencialização sobre a sua condição de muitos precários e precárias que hoje esperam deixar de o ser. Entre estes, constam 180 trabalhadores precários do Centro Hospitalar do Oeste (CHO), no entanto, para esta gente, a bolha rebentou mais cedo, arriscaria dizer que foram pioneiros desta vaga. Após meses de indignação e denúncia sobre a sua condição e sobre o lamentável estado em que se encontram os hospitais de Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras, o Movimento de Precários do CHO anunciou a realização de uma greve pela exigência de igualdade de direitos relativamente aos trabalhadores dos quadros destes hospitais. A greve decorreu entre 25 e 27 de outubro de 2016. Foi um estrondo que se fez ouvir em todo o país e até desinquietou o ministro de Saúde, que foi obrigado a vir à praça pública lamentar-se pela situação penosa em que estes precários se encontram e que se arrasta há demasiado tempo. Reconheceu ainda, assim como o Conselho de Administração do CHO e as Câmaras Municipais de Caldas da Rainha e Torres Vedras, que a resolução deste problema passa pela integração dos trabalhadores nos quadros dos hospitais. Hoje, mais do que nunca, trabalhadores e cidadãos solidários com a causa acreditam e aguardam pela ação do governo, ou da "geringonça", para resolver o problema.

Graças ao trabalho desenvolvido pelo Bloco de Esquerda, hoje os Precários do CHO conhecem melhor a sua própria realidade e confirmaram o que era apenas uma forte suspeita até há poucos dias: o Centro Hospitalar do Oeste teria menos despesas se acabasse com a precariedade, contratando e alargando os seus quadros. Este Centro Hospitalar despende 8 milhões de euros anuais com a subcontratação de trabalhadores e poderia reduzir esta despesa em 1 milhão de euros praticando as remunerações previstas nas diversas categorias profissionais da Função Pública. Esta poupança certamente seria muito útil para a aquisição de materiais e serviços que diariamente faltam nos hospitais, melhorando a qualidade do serviço prestado aos utentes e as condições de trabalho.

O MOVIMENTO DE PRECÁRIOS DO CHO E SEUS PROTAGONISTAS FIZERAM HISTÓRIA

Não foram os níveis de adesão elevados que tornaram esta greve num momento com relevância histórica para o movimento de precários em Portugal, mas sim a combinação desse facto com o processo realizado e os protagonistas da greve. Essencialmente mulheres, estas trabalhadoras conduziram uma greve que durou 72 horas, com adesão total nos Hospitais de Caldas da Rainha e Peniche. O Hospital de Torres Vedras começou com 30% e terminou com 85% de adesão.

Esta gente trabalha há décadas mediada por empresas de prestação de serviços e uniu-se pela mais básica das reivindicações: o direito à igualdade com os colegas nas condições de trabalho e o pagamento de remunerações em atraso (horas extraordinárias, serviços mínimos em períodos de greve, subsídio de férias, etc.). A reposição das 35 horas de trabalho para todos foi uma das exigências centrais da greve. O reconhecimento como funcionários dos hospitais resultou do facto de desempenharem funções essenciais e imprescindíveis ao normal funcionamento do CHO e integrarem as hierarquias de trabalho locais.

Perante a indiferença do Conselho de Administração do CHO e da empresa intermediária às suas reivindicações, ergueu-se o Movimento de Precários do CHO, que veio a manifestar publicamente a intenção de realizar a greve. A ação pública deste movimento angariou diversas solidariedades, desde câmaras municipais até à assembleia da República. O Bloco de Esquerda acompanhou este processo desde início, tendo realizado várias perguntas ao Ministério do Trabalho e da Saúde – várias delas ainda não obtiveram resposta. Catarina Martins, Heitor de Sousa, Marisa Matias e José Soeiro reuniram com dezenas destes trabalhadores, mais do que uma vez, não só porque o Bloco se mobilizou e imediatamente se disponibilizou para os apoiar e acompanhar a sua luta, mas também porque estes trabalhadores marcaram presença em todos os eventos públicos que envolveram atores relevantes da política nacional que ocorreram na proximidade dos hospitais ao longo dos últimos três meses, fazendo da sua luta uma luta impossível de ignorar.

Durante a greve, nos piquetes, estiveram presentes deputados da Assembleia da República, do BE e do PCP, autarcas de várias cores partidárias, médicos,

ativistas e cidadãos solidários com a causa. Os piquetes tornaram-se locais de discussão e decisão de uma greve conduzida pelas mãos e pela voz dos trabalhadores grevistas. Além dos piquetes, as decisões foram tomadas em plenários que contaram com a participação de dezenas de precários e precárias.

O caminho realizado e a greve concretizada traz-nos algumas aprendizagens e reflexões que merecem atenção para o futuro. A enorme força demonstrada pelos Precários do CHO até hoje surpreendeu todos os que subestimaram a sua capacidade, do Conselho de Administração do CHO e da Lowmargin, Lda. ao sindicato que solidariamente colocou o pré-aviso de greve. Estes trabalhadores precários demonstraram, num processo democrático e participativo, serem capazes de garantir processos de ação coletiva em vários locais de trabalho em simultâneo no setor público. Todo este processo provou que as greves no Serviço Nacional de Saúde, assim como noutros setores de serviço público fundamentais, como a educação ou os transportes, se programadas e executadas com essa finalidade, podem ganhar a força da cidadania, mobilizando os atores locais (câmaras municipais, autarcas, personalidades com relevância pública, residentes,...) e nacionais (partidos, associações, etc.) solidários com a causa e com isso aumentar a probabilidade de sucesso e mobilização de trabalhadores precários.

ESTES TRABALHADORES PRECÁRIOS DEMONSTRARAM, NUM PROCESSO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO, SEREM CAPAZES DE GARANTIR PROCESSOS DE AÇÃO COLETIVA EM VÁRIOS LOCAIS DE TRABALHO EM SIMULTÂNEO NO SETOR PÚBLICO.

Anterior a esta, no movimento de precários, só há memória da greve que ocorreu na Linha Saúde 24, *call center* onde operavam quase trezentos profissionais da saúde a recibos verdes, luta para qual não houve a solidariedade de nenhum sindicato para colocação de pré-aviso de greve nem para outros apoios. Num único dia, foram despedidos quase três centenas de trabalhadores que vieram, em boa parte, a ser recontratados mais tarde, ficando, no entanto, os seus dirigentes excluídos desta recontratação. No caso dos Precários do CHO, houve um sindicato que, apesar de pouco envolvido e aparentemente pouco disponível, colocou um pré-aviso de greve e aceitou a sindicalização de trabalhadores de um segmento habitualmente marginalizado. Fez toda a diferença. A greve não teria sido possível de outra forma e a luta dos trabalhadores seria mais estreita.

PORQUE O CAMINHO NÃO PODE SER O DO INDIVIDUALISMO NEM O DO SECTARISMO

A Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis teve um papel importante no apoio aos grevistas, numa ação que demonstrou a importância das redes de solidariedade e das aprendizagens ativistas que o movimento de precários tem vindo a construir nos últimos anos. Não houvesse estrutura de construção e preservação de rede, que preservasse a memória, transmitisse aprendizagens e disponibilizasse ferramentas de comunicação e organização, por mais modestas que sejam, e este processo não teria sido possível. Porque o caminho não pode ser o do individualismo nem o do sectarismo, eis um dos maiores desafios que o movimento dos trabalhadores tem pela frente e que assombra as organizações sindicais mais cristalizadas: preservar e construir aprendizagens e ferramentas que permitam não só suportar a manutenção das engrenagens orgânicas do movimento, mas também adaptar as mesmas a uma realidade em acelerada transformação, que é propositadamente cada vez mais fluída, mais individualizada, mais precária e adversa à representação e organização coletiva.

As organizações sindicais necessitam desta aprendizagem e abertura, não só para garantir a inclusão dos trabalhadores precários, mas também, em muitos casos, para possibilitar que as greves e outras ações de luta ultrapassem as fronteiras dos locais de trabalho e multipliquem as solidariedades, possibilitando novas formas de organização. Este caminho exige democratização e o recurso alargado a metodologias participativas, que são hoje pouco frequentes.

Em 2007, com a organização do primeiro MayDay, iniciativa que lançou o movimento de precários em Portugal, levantou-se toda uma bateria de comentadores e jornalistas que opunham as organizações de precários ao trabalho dos sindicatos. Os precários recusaram sempre esse caminho. As diversas formas de organização que respondem à realidade do mundo do trabalho, a cada momento e em cada local, fortalecem-se mutuamente.

*Engenheiro agrónomo. Dirigente da Associação de Combate à Precariedade - *Precários Inflexíveis* e militante do Bloco de Esquerda.

Não sejas Trump!

ANDREA PENICHE

Depois de vencida a batalha legal, com a aprovação da lei que reconhece e criminaliza o assédio sexual em espaço público, falta ainda ganhar a batalha da mudança de atitudes. É esse o sentido desta campanha: levar ao espaço público o debate, reclamar as ruas como espaços de liberdade. Esta campanha está a ser construída por um amplo conjunto de associações, coletivos, partidos e ativistas. Entre todas as pessoas envolvidas, consensualizaremos o panfleto que iremos distribuir. Faremos também um autocolante que será massivamente colado nas ruas da nossa cidade, assim como desenvolveremos uma performance de teatro invisível, como forma de provocar a discussão sobre o assédio sexual em espaço público. A campanha terminará com a participação/organização no/do evento global – Marcha das Mulheres –, que terá lugar no dia 21 de janeiro, um dia após a tomada de posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Levantamo-nos contra Trump, contra as ideias misóginas e as políticas sexistas que anuncia. Nem lá nem cá permitiremos a trumpização das nossas vidas.

Foto Marcos Correa/Agência Brasil | Licença CC BY 3.0 BR

O Brasil no Fim do Mundo?

Como pode um governo tão debilitado como o de Temer desferir ataques tão devastadores?

LUÍS LEIRIA*

Michel Temer já é mais impopular do que a sua antecessora Dilma Rousseff quando foi afastada da presidência no processo de *impeachment*. As sondagens mostram que 63% da população acha que ele devia deixar o cargo ainda este ano.

O governo Temer é ilegítimo, porque foi fruto de um golpe palaciano, quando deputados e senadores votaram o *impeachment* da presidente devido a um alegado crime de responsabilidade que não existe como tal.

O governo Temer já substituiu seis ministros em pouco tempo, quase todos por suspeitas de envolvimento com corrupção ou tráfico de influências. O governo Temer e o núcleo duro do seu círculo político são acusados de receber dinheiro da Odebrecht como contrapartida para defenderem os interesses da empresa de construção civil na aprovação de leis ou emendas que lhe sejam favoráveis. Se sobreviver às denúncias da Odebrecht, o governo Temer prosseguirá como um morto-vivo.

E no entanto...

E, no entanto, o governo Temer fez aprovar por Medida Provisória uma reforma do Ensino Médio sem qualquer diálogo com professores, estudantes e pais.

E, no entanto, o governo Temer fez aprovar, por emenda constitucional – que requer dois terços dos deputados e dois terços dos senadores – uma política de austeridade tão ou mais draconiana do que aquela que foi imposta aos portugueses pela troika. A chamada "PEC do Fim do Mundo" pretende na verdade destruir um dos pilares da Constituição brasileira aprovada em 1988 – a vinculação dos gastos com saúde e educação a um percentual mínimo obrigatório da arrecadação do Estado.

Além da "PEC do Fim do Mundo", o governo Temer também anunciou a reforma da Previdência (Segurança) Social e ainda promete medidas para aumentar a produtividade, o que nos leva a temer (sem trocadilho) o pior. Sabemos bem o que os neoliberais fazem para supostamente aumentar a produtividade: redução de salários, perda de direitos, precariedade.

Tudo isto está a ser feito de afogadilho, procurando driblar a crise institucional que o país vive desde que o golpe palaciano foi concretizado (na verdade, já vinha de antes, quando Dilma Rousseff desconsiderou o programa que a elegera e passou a aplicar o do seu adversário).

O BRASIL NO FIM DO MUNDO

Os dispositivos constitucionais atuais obrigam a que o gasto com saúde seja no mínimo 13,2% da receita líquida federal. Os estados e o Distrito Federal devem investir o mínimo de 12% das suas receitas, enquanto os municípios devem aplicar pelo menos 15%. Com educação, a Constituição determina um gasto mínimo de 25% das receitas tributárias de estados e municípios e de 18% dos impostos federais.

Com a PEC 241/55 caem todas estas vinculações. Porque ela determina que todos os gastos públicos sejam congelados por um período de 20 anos, e isto a começar num ano em que o país atravessa uma recessão. Assim, quando o PIB voltar a crescer, o "congelamento" destes gastos sociais (só com a correção da inflação) fará com que diminua brutalmente o seu peso no Orçamento da União e dos Estados.

A emenda constitucional agora aprovada é um retrocesso de décadas. Causa estranheza aos mais insuspeitos. O australiano Philip Alston, relator especial da Organização das Nações Unidas para a Pobreza Extrema e os Direitos Humanos, emitiu um comunicado no qual afirma que a aprovação da PEC 55 é um "erro histórico" que provocará "retrocesso social" no Brasil e criticou o facto de uma medida "radical" e "dramática" ter sido proposta por um governo que não foi eleito nas urnas. "Está claro que essa é uma proposta que interessa a uma pequena parcela da elite e de forma alguma faz parte dos interesses da maioria da população", disse.

Assim como a PEC 55 tem como alvos a saúde e a escola públicas, a Reforma (na verdade, contrarreforma) Previdenciária mira a degradação de um sistema que sustenta os que chegaram à vida pós-laboral. Os seus novos mecanismos (aumento da idade da reforma, aumento do período mínimo de contribuição e outras medidas) são o outro pé do ataque desferido por este governo não eleito. Como disse o sociólogo Ruy Braga, "é uma proposta de aprofundamento da desigualdade. Uma parte é submetida a essas regras draconianas e a outra parte fica de fora, como os militares", resume. E recorda que "um piso de 65 anos para aposentadoria exclui uma série de estados da federação onde a estimativa de vida da população masculina é de 65 anos ou até mesmo menos. É o caso do Maranhão e do Piauí". Ruy Braga conclui: "Sem dúvida que é um projeto que aprofunda a desigualdade e não contribui com os objetivos redistributivos de proteção social da Previdência pública do país".

O PARADOXO DO GOVERNO FRACO QUE APROVA ATAQUES FORTES

Como é possível que o governo Temer tenha aprovado a PEC 55 e se prepare para fazer o mesmo com a Reforma Previdenciária?

Como se explica este paradoxo: o governo mais odiado do Brasil, e também um dos mais fracos, mantido quase em respiração artificial, consegue aprovar o mais gigantesco ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo? Como é que um governo que só consegue reunir 10% de aprovação tem força para destruir os mecanismos sociais introduzidos na Constituição de 88, reflexo das grandes mobilizações que derrubaram a ditadura e criaram novos sindicatos, uma grande central sindical (então) independente do governo e (então) combativa?

Em resumo: como é que um governo fraco pode desferir um ataque tão devastador?

Dar uma resposta a esta questão não é fácil. Vou apenas listar alguns fatores.

O que divide a classe dominante neste momento, provocando a fraqueza do governo Temer, não é o fundamental: os seus interesses de classe. O que os divide é o acessório: o leilão desigual, chamado corrupção, que foi feito com os recursos do Estado, e que em vez de os beneficiar a todos por igual beneficiou apenas alguns, num país farto de tanta corrupção. Não nos enganemos: transmite um sentimento de justiça ver Marcelo Odebrecht na cadeia, mas mesmo nesse incómodo lugar ele continuou a comandar a sua empresa e não vai perdê-la, como merecia.

O PT RECEBEU UM MANDATO DO POVO POBRE DO BRASIL PARA USAR O SEU PODER E MUDAR O PAÍS, MAS ELE GUARDOU-O E NUNCA USOU.

Temer é fraco, mas já disse que não pretende prosseguir a vida política. Não depende, por isso, de votos. Como recomendou o publicitário Nizan Guanaes ao próprio Temer numa reunião do Conselho Económico e Social: "aproveite que a popularidade de seu governo está baixa para fazer reformas impopulares", porque "popularidade é uma jaula". Enquanto tiver condições para estar de pé, nem que seja como um morto-vivo, o governo Temer será mantido para aprovar as contrarreformas. Depois será descartado, como foi Eduardo Cunha e mais tarde ou mais cedo será Renan Calheiros.

"GUARDEI E NUNCA USEI"

Mas há um terceiro fator muito importante: a herança maldita do PT. Quem começou a pôr em causa a Previdência foi o governo Lula e sua (contra)reforma Previdenciária. Quem pôs Henrique Meirelles na esfera governamental foi Lula, que o fez presidente do Banco Central entre 2003 e 2011. E não esqueçamos que Temer está na presidência porque era vice de Dilma, certo?

Uma frase de Jacques Wagner, ex-governador da Bahia, ex-ministro e ex-deputado do PT, poderia bem servir de epitáfio a esse partido. Apanhado com a boca na botija por ter aceitado da Odebrecht, como presente de aniversário, um relógio Patek-Philippe, modelo Calatrava, de 25 mil dólares, não encontrou nada melhor para dizer do que: "Guardei e nunca usei".

O PT recebeu um mandato do povo pobre do Brasil para usar o seu poder e mudar o país, mas ele guardou-o e nunca usou. Um dia, quando esse poder já não valia nada, as elites, intocadas e até enriquecidas, cuspiram o partido para fora do ninho onde fora um estranho.

E a classe trabalhadora, que demorou anos a se convencer que o melhor para governar o Brasil era um dos seus pares, um trabalhador igual aos outros, agora hesita. A consciência que demorou anos a conquistar pode ser esfacelada num átimo, diante da evidência de que o PT, no seu afã de se manter no poder a todo o custo, foi capaz de desfigurar a sua imagem original e transformar-se num consórcio de interesses igual aos outros. Gente que gosta de ter um relógio Patek-Philippe, mas o desdenha, não porque o despreze – longe disso! – mas porque dá mau aspeto um representante de um partido que ainda tem a palavra "trabalhadores" no nome use ostensivamente um símbolo do luxo capitalista.

Também por isso, a resposta à "PEC do Fim do Mundo" não esteve à altura da brutalidade do ataque. Não conseguiu impedi-lo.

Saberá a classe trabalhadora capaz de superar esta herança maldita de forma positiva sem se deixar levar pelos cantos de sereia que se vão multiplicar? Conseguirá, mau grado a ossificação das principais centrais sindicais, derrubar na prática a "PEC do Fim do Mundo"?

O Brasil é um país muito dinâmico. A resposta a esta pergunta não tardará muito.

*Jornalista luso-brasileiro. Trabalhou em diários como o *Jornal do Brasil* e *O Globo* (Brasil) e revistas como *Vida Mundial* e *História* (Portugal). Fez parte da equipa que fundou o Esquerda.net, na qual permaneceu por quase dez anos.

Trinta anos de ilusão e fracasso

FRANCISCO LOUÇÃ*

«A minha filha telefonou-me da escola e perguntou "Papá, o que é uma crise financeira?". Sem tentar ser engraçado, eu respondi: "É uma coisa que aparece cada cinco ou sete anos". E ela diz: "Então porque é que toda a gente está tão surpreendida...?"»

(Testemunho de Jamie Dimon, presidente do J.P. Morgan, perante a *US Financial Crisis Inquiry Commission* a 13 de janeiro de 2010)

«O Tratado de Lisboa é o mesmo que a Constituição rejeitada. Só o formato mudou para evitar referendos.»

(Valéry Giscard d'Estaing, Ex-Presidente de França e Presidente da Convenção Constitucional Europeia, 27 de outubro 2007)

Foto Mike Steele | Licença CC BY 2.0

Analisar trinta anos de adesão portuguesa ao que hoje é a União Europeia requer certamente um debate plural, bem como diversos ângulos analíticos, como se encontrará neste livro. Pela minha parte e neste capítulo, poupo ao leitor ou à leitora a minha digressão sobre os males ou a virtude institucional da União, sobre as suas promessas, realizações e caminhos, até sobre o Euro e as suas implicações – assunto que tratei noutro momento, em cooperação com João Ferreira do Amaral (Louçã e Amaral, 2014) – e concentro-me antes nas condições que mudaram desde a grave recessão que tem marcado a nossa última década. É do impacto dessa recessão e do que ela revela, tanto na realidade quanto na validade das explicações, que parto para verificar como vai transformando a União Europeia e determinando o seu futuro.

Na primeira secção inventario algumas das características da recessão que vivemos, quase sem interrupção, desde a crise do *subprime*, a partir do verão de 2007 e que, desde o início de 2014, dá lugar a uma estagnação ou recuperação moderada. A pergunta dessa secção é a da filha de Jamie Dimon: se todos sabiam, porque parecem tão surpreendidos? Ou, por outras palavras, será que esta crise é um ciclo económico típico, ou representa mais alguma coisa? Responderei que é uma crise mais profunda do que o que o Papá parecia antecipar. Afinal, ele tinha alguns motivos para se sentir surpreendido. Mas mais surpreendido ficaria se soubesse que mesmo no FMI se discutem as evidências da desigualdade como a raiz da crise, do que se ocupa a segunda secção.

Na terceira secção discuto brevemente duas explicações para esta recessão no fundo de uma grande depressão. A primeira explicação é a mais banal: um excesso de especulação terá criado uma bolha financeira e o seu colapso contaminou as economias e, portanto, desencadeou a recessão. A outra é mais sofisticada e, creio, mais adequada: indica como a especulação tem feito parte de um sistema de transferência de rendimentos entre o trabalho e o capital e, no capital, entre a produção, por um lado, e a finança, por outro, umas vezes usando e outras abusando da banca para esse efeito. E esse é o mapa em que podemos compreender a União Europeia.

A quarta secção estende a análise à crise europeia e às dívidas soberanas, em particular de Portugal, e argumento que, trinta anos depois da adesão de Portugal ao que hoje se chama União Europeia, vivemos agora num projeto falhado.

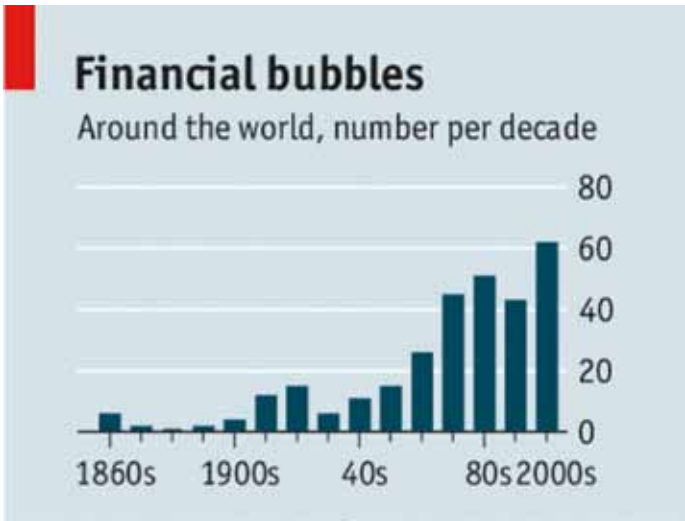
1. CRISES, JÁ HOUVE MUITAS

As crises são uma "coisa" que aparece a cada cinco ou sete anos, explicava o cordato presidente do J.P. Morgan à sua filha. A experiência, mais do que a teoria económica, confirmaria esta alegação paternal: desde Clément Juglar, o médico francês que detetou esse padrão estatístico recursivo nas economias da Inglaterra, França e Estados Unidos em meados do século XIX, que se presume que existe um ciclo de crises e recuperação que tem essa duração aproximada. A cada cinco ou sete anos, uma recessão. São cento e cinquenta anos de experiência no capitalismo industrial e financeiro moderno em que, apesar de todas as terapias, se reproduz implacavelmente o *business cycle*, ou ciclo económico de Juglar.

Apesar deste relógio das crises, há em cada período particularidades que são muito importantes, tanto mais que, naturalmente, as configurações das economias e das relações internacionais se modificam ao longo dos tempos. A que mais nos interessa para este capítulo é a emergência de um sistema financeiro complexo, cuja rentabilidade é independente dos investimentos industriais e comerciais e que absorve uma parte das poupanças e dos capitais, procurando redistribuir assim uma renda financeira que tem vindo a crescer.

Veja o gráfico seguinte, que foi publicado na revista *The Economist* em 2013. Nele são reportadas as crises financeiras criadas por bolhas especulativas, desde 1860 até ao nosso século.

GRÁFICO 1. BOLHAS ESPECULATIVAS FINANCEIRAS, DE 1860 AO SÉCULO XXI



Fonte: The Economist, dezembro de 2013. Número de bolhas financeiras no mundo, por década.

Podemos fazer várias constatações a partir deste gráfico. A primeira é que temos crises especulativas ao longo de todo o período longo do capitalismo moderno, desde a Revolução Industrial (no gráfico não se regista o efeito de cada uma dessas bolhas). Em cada década, há várias economias em que as expectativas sobre os valores de um determinado ativo – podem ser as ações de um caminho de ferro ou do Canal do Suez, ou, mais recentemente, da Microsoft ou da Nokia – foram frustradas. Em consequência, os acionistas, proprietários ou investidores, sofreram perdas importantes quando os preços entraram em colapso. Esses acidentes podem provocar um incidente que pode provocar uma crise – muitas vezes é o que tem acontecido quando as condições económicas o propiciam, o que é frequente. A segunda constatação é tão evidente, mas mais importante: o número destas bolhas especulativas aumentou muito na segunda metade do século passado, sobretudo a partir da grande recessão dos anos 1970. E nunca mais parou de aumentar. Há um movimento

de aceleração especulativa. Vivemos num regime económico de crises sistémicas.

Este é o meu primeiro argumento factual. Houve sempre crises, mas as crises especulativas têm vindo a aumentar em número na economia financeira global. Como veremos adiante, também aumentam em intensidade, porque se multiplica o seu efeito de contágio e a dimensão dos valores envolvidos – e quase todas estas crises de bolhas especulativas desencadeiam recessões na "economia real", ou seja, afetam o nível de emprego e também os rendimentos de grande parte da população.

2. SERÁ QUE O PAPÁ TEM CULPA? ESPECULAÇÃO OU DESIGUALDADE

Se os banqueiros e os decisores políticos sabem que é assim, porque é que são imprudentes e favorecem a especulação? De facto, não fizeram outra coisa nos últimos trinta anos. Conseguiram do Presidente Clinton a decisão excecionalmente importante de anular a proibição de sobreposição operacional entre a banca comercial e a banca de investimento (a lei Glass-Steagall, que durava desde a legislação de Roosevelt para combater as causas da Grande Depressão desencadeada pela crise de 1929). Conseguiram generalizar o mercado de derivados não regulados e criar instrumentos financeiros novos, complexos, bem protegidos da litigância dos investidores e acionistas, alavancando a estrutura financeira ao ponto de dominar a banca tradicional. Conseguiram impor a ideologia liberalizadora e obter, em privatizações pelo mundo inteiro, a concessão de monopólios naturais e outras rendas, como as das parcerias público-privado.

OS ADMINISTRADORES DAS EMPRESAS FINANCEIRAS TÊM UM INCENTIVO FORTE PARA APLICAÇÕES ESPECULATIVAS DE GANHOS A CURTO PRAZO, MESMO QUE COM GRANDES RISCOS A LONGO PRAZO: NO CURTO PRAZO ELES GANHAM COMISSÕES E PRÉMIOS E NO LONGO PRAZO JÁ LÁ NÃO ESTARÃO. O COMPORTAMENTO SOCIALMENTE IRRACIONAL DOS AGENTES FINANCEIROS É PERFEITAMENTE RACIONAL PARA ELES PRÓPRIOS.

Há várias explicações para este comportamento social. O mais evidente é que beneficiam diretamente disso. Uma das razões para a generalização do *subprime* foi precisamente a criação de um sistema de incentivos que levava os intermediários a procurarem o maior número de contratos de crédito o mais rapidamente possível, mesmo desprezando a avaliação da solvabilidade dos signatários desses contratos. Esses intermediários ganhavam as comissões e não eram responsabilizáveis quando, uns anos mais tarde, se constatasse que se tratava de crédito malparado, tanto mais que os bancos iriam securitizar essas operações vendendo os contratos a outros operadores financeiros. Tudo se baseava numa certeza: quando viesse a surgir o problema, os operadores da dívida já terão levantado os seus proveitos e desapareceram, não tendo responsabilidade financeira que possa ser cobrada na falência destes títulos.

No mesmo sentido, os administradores das empresas financeiras têm um incentivo forte para aplicações especulativas de ganhos a curto prazo, mesmo que com grandes riscos a longo prazo: no curto prazo eles ganham comissões e prémios e no longo prazo já lá não estarão. O comportamento socialmente irracional dos agentes financeiros é perfeitamente racional para eles próprios. Mais ainda, para os administradores é necessário proceder deste modo precipitado: eles têm que ser eleitos na assembleia geral do próximo ano e os acionistas têm que ser contentados com bons dividendos e outras promessas. É preciso espalhar dinheiro para ganhar votos, mesmo que a empresa precisasse desse fundo para investimentos de médio prazo e fique, portanto, prejudicada.

Mas há ainda outra explicação, que não se dedica a perscrutar o comportamento individual dos intermediários em busca de comissões ou o interesse dos bancos em limparem os seus balanços desses contratos de crédito. Essa explicação, paradoxalmente, é apresentada por investigadores do FMI.

O FMI é auditado por um Gabinete de Avaliação Independente (IEO, *Independent Evaluation Office of the IMF*), que publica regularmente relatórios com base em inquéritos aos responsáveis do FMI e em estudos sobre as suas políticas. Embora a atividade do IEO seja pouco conhecida, os seus relatórios são claramente comprometedores para a dogmática tradicional do FMI. Como se baseiam em inquéritos aos funcionários do FMI sobre o que pensam, como atuam e como tomam decisões, os resultados são ainda mais reveladores.

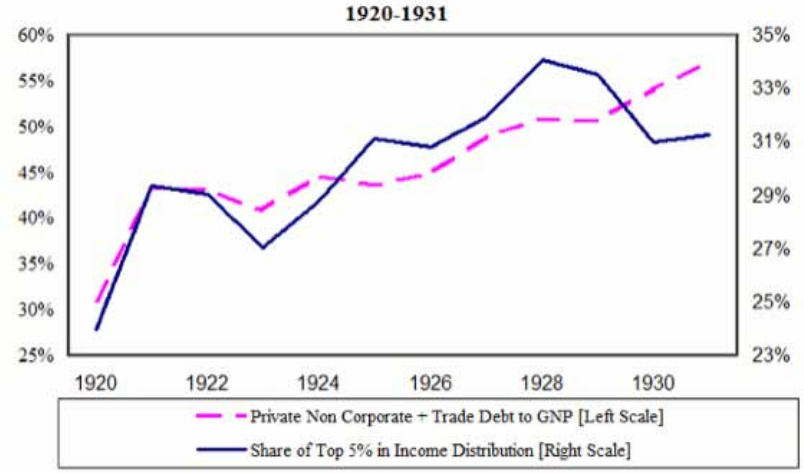
Em 2011, o relatório sublinhava a "captura intelectual" do FMI pelas teses monetaristas, o que anteriormente tinha sido descrito pelo IEO como o resultado de "enviesamento ideológico", de autocensura, de "conclusões preconcebidas e estreiteza de vistas". O que este relatório se perguntava é como é que o fracasso das políticas do FMI não é percebido pelos seus autores, e como é que a instituição persiste, portanto, em políticas perniciosas e destruidoras (IEO, 2011).

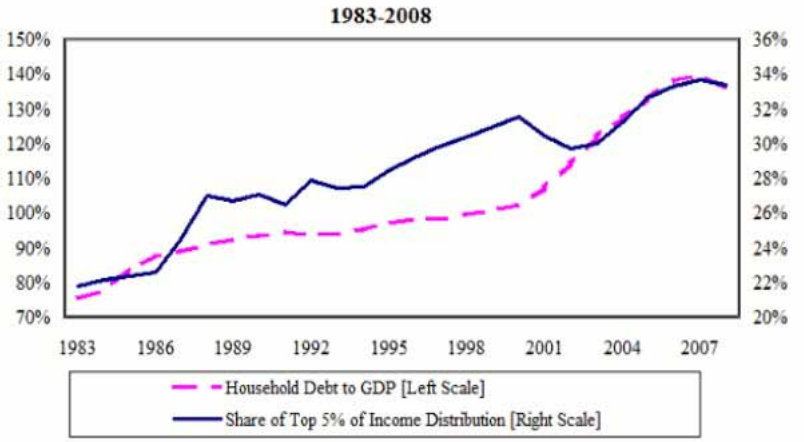
Neste contexto, uma resposta sobre as razões da crise, que vem de dentro do próprio FMI, tem ainda mais relevância. Michael Kumhof tem sido um dos responsáveis pela unidade de modelização do FMI, dentro do seu departamento de investigação. É portanto um dos autores dos estudos e modelos que suportam as escolhas do FMI. Mas Kumhof decidiu fazer uma pergunta difícil: qual é a causa do endividamento crescente das pessoas? E, com um seu colega, Romain Rancière, professor de economia na Universidade de Paris, chegou a uma conclusão revolucionária: a causa do endividamento é a desigualdade crescente e esta é a razão da fragilidade e instabilidade dos sistemas financeiros (Kumhof e Rancière, 2010).

Esta conclusão foi apresentada num artigo sobre "Desigualdade, Alavancagem e Crises", publicado em 2010 numa coleção de textos analíticos do FMI, e os autores continuaram desde então a trabalhar sobre o mesmo tema. Os gráficos seguintes são desses trabalhos e contam uma história preocupante. Eles comparam o que aconteceu antes da Primeira Grande Depressão, iniciada com a crise de 1929, e o que aconteceu antes da recessão de 2008 e que está a desencadear a Segunda Grande Depressão. O que aconteceu nos dois casos foi muito semelhante: as crises foram precedidas e preparadas por um drástico aumento da desigualdade social.

Veja os gráficos. No primeiro, descreve-se o que se passou nos anos vinte do século passado: a parte dos 5% mais ricos na economia aumentou de 24 para 34% entre 1920 e 1928. No segundo, verifica-se o que aconteceu agora: a parte dos 5% mais ricos sobe de 22 para 34% entre 1983 e a crise do *subprime* no verão de 2007, que deu origem à recessão no ano seguinte.

GRÁFICOS 2 E 3
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO, NOS ANOS ANTERIORES ÀS CRISES DE 1929 E DE 2007





Fonte: Kumhof e Rancière, 2010.

Os gráficos demonstram como algumas das características da economia antes da crise de 1929 se repetiram antes da crise financeira de 2007: o endividamento das pessoas e a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres cresceu no mesmo sentido e em proporções comparáveis, nos dois períodos. As dívidas, em percentagem do PIB, são medidas pela escala da esquerda, e a parte dos 5% mais ricos é medida pela escala da direita. Como se notará, as variáveis não são exatamente as mesmas, dado que o aparelho estatístico nos anos 1920 era mais impreciso do que o atual e os autores usaram o que havia. Assim, para os anos 1920 temos a parte das dívidas privadas e comerciais, excluindo empresas, e, para o período mais recente, já temos o endividamento global das famílias, ambas

em percentagem do Produto. A aproximação é, no entanto, razoável, e demonstra um padrão semelhante: antes de a crise eclodir, a desigualdade, neste caso indicada pela concentração de riqueza nos 5% de cima, cresceu, aliás, em valores muito parecidos nos dois períodos.

Os gráficos contam ainda outra semelhança assustadora: em ambos os casos, as famílias mais pobres e de rendimentos médios – os outros 95% da população – defenderam-se do aumento da desigualdade com um endividamento acentuado, para tentarem manter o seu nível de vida. Nos casos dos dois períodos que estamos a comparar, o peso da dívida destas pessoas, na economia nacional dos Estados Unidos, duplicou ao longo da dúzia e quinzena de anos que são considerados. Pior ainda, na época mais recente o endividamento das famílias não só duplicou durante o período dos quinze anos anterior à crise, como passou a ser o dobro do que era no final do período que conduz à recessão de 1929 e à Primeira Grande Depressão.

Nas palavras de Kumhof e Rancière, "o mecanismo-chave é que os investidores usaram o seu rendimento crescente para comprar ativos financeiros adicionais, baseados em créditos aos trabalhadores", ou "os ricos acumularam cada vez mais ativos e, em particular, investiram em ativos baseados nos créditos aos pobres e à classe média" (Kumhof e Rancière, 2010).

É assim que explicam o *subprime*. A fragilidade do sistema financeiro, a sua vulnerabilidade a uma crise de incumprimento das dívidas familiares, foi aumentando à medida que esta alavancagem da dívida produzia um efeito de euforia nos mercados, com a titularização destes créditos e a sistemática subavaliação do seu risco. O sucesso do esquema tornou mais grave a crise que o revelou.

Os autores vão ainda mais longe, sugerindo que só há duas alternativas para a redução das dívidas das famílias: ou a sua redução negociada ou a "restauração da capacidade negocial dos trabalhadores e portanto do seu rendimento, que lhes permita resolver a dívida com tempo" (ibidem). A desigualdade provoca a crise e a dívida. A igualdade, ou melhores salários, responde à crise e à dívida.

Também outros responsáveis do FMI têm vindo a constatar o fracasso das políticas da instituição. Kenneth Rogoff, que foi economista-chefe do FMI e que escreveu, com Carmen Reinhart, um livro muito polémico sobre as crises financeiras, reconhece que, ao longo da história, os períodos de maior mobilidade do capital geraram maiores crises bancárias (Reinhart e Rogoff, 2009). Segundo o seu estudo comum, em quase todas as crises posteriores a 1970, o setor financeiro tinha sido liberalizado nos cinco anos anteriores. Não são os suspeitos do costume, mas é estranho que nem tenham sido investigadas, porque essas políticas de privatização têm a pistola a fumegar. Em todo o caso, estes autores concluem que as crises bancárias potenciam as crises financeiras generalizadas e que o preço destas é o aumento da dívida soberana: mais 86%, em média, nos três anos seguintes à crise. É um preço muito elevado para a desregulação financeira. No gráfico 4 essa conclusão é evidente: registando as crises bancárias dos anos 1990, até ao novo milénio, vemos que elas têm uma característica que não nos é revelada pelo simples registo de bolhas especulativas com que começámos este capítulo. Essa característica é que o preço a pagar pelos resgates dos bancos envolvidos na especulação é um enorme aumento das dívidas públicas.

GRÁFICO 4
AUMENTO DAS DÍVIDAS PÚBLICAS NOS TRÊS ANOS SEGUINTES A UM RESGATE DOS BANCOS

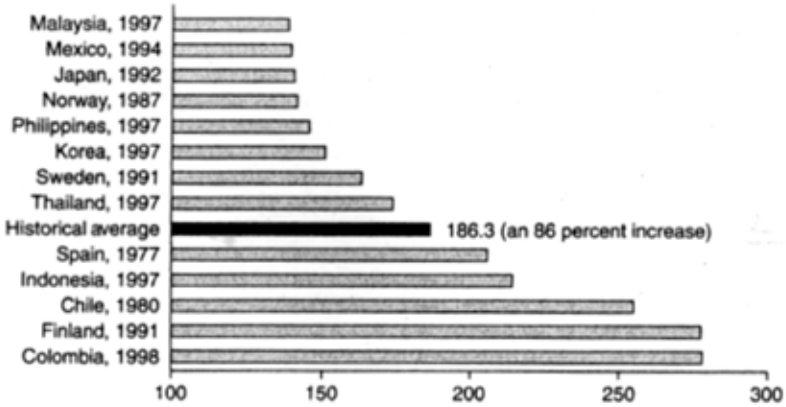


Figure 14.5. The cumulative increase in real public debt in the three years following past banking crises.

Fonte: Rogof e Reinhart, 2009.

A constatação nem sequer é recente. Noutro texto anterior, de 2003, Rogoff reconhecia que esta globalização financeira estava a prejudicar os países mais pobres. O mesmo registava William Easterly, professor na Universidade de Nova Iorque. Segundo um seu artigo, publicado pelo Banco Mundial, a desigualdade de rendimentos é agravada pela política do FMI e os pobres sofrem mais com as suas consequências (Easterly, 2000). Joseph Stiglitz vai ainda mais longe, no seu livro de 2012 *O Preço da Desigualdade*: a origem da recessão é a desigualdade (Stiglitz, 2013).

Em 2016, o debate voltou a reacender-se porque alguns investigadores do FMI insistiram no efeito destrutivo das "reformas estruturais" que promovem a desigualdade. O alvo era evidente: o próprio FMI

(Ostry *et al.*, 2016). A polémica foi tal que Maurice Obsterfeld, o economista-chefe do FMI, teve que vir imediatamente a público explicar e contextualizar, ou seja, desautorizar os autores (Obsterfeld, 2016).

Em qualquer caso, estes estudos dificilmente influenciarão as políticas do FMI e do BCE: a doutrina da recessão é um credo intocável em Washington e em Frankfurt. Os seus sucessivos arautos no protetorado português insistem infindavelmente sobre a necessidade de corrigir o atraso na "desvalorização salarial", exigindo o reforço das medidas de austeridade para responder à recessão criada pelas medidas anteriores. Mais desigualdade, essa tem sido a "reforma estrutural" que constitui a doutrina ortodoxa na União Europeia.

3. DUAS EXPLICAÇÕES PARA A CRISE

Claro que nem haveria razão alguma para considerar as análises ou os remédios de Kumhof, de Easterly ou de Stiglitz se estivéssemos seguros de que estão errados. Ora, isso depende simplesmente da explicação das crises de Juglar, os ciclos económicos, as tais "coisas" que se repetem entre os cinco e os sete anos e que Dimon teve tanta dificuldade em explicar à sua filha. Consideremos então a interpretação dessas crises, em particular os dois sistemas de explicação que são mais interessantes ou mais poderosos.

A primeira interpretação admite que os mercados financeiros são uma tecnologia competente, que administram a informação disponível e que são por isso eficientes na determinação dos preços, que são o meio de afetação de recursos. No entanto, se essa informação for perturbada, por exemplo por um boato enganador, então o mercado pode ser abalado por movimentos de pânico ou de retração e os preços deixam de refletir a verdade do mercado.

A ilustração seguinte, que foi a capa de uma das edições do *The Economist* em 1997, na sequência de uma bolha especulativa, é um exemplo interessante dessa teoria. O desenho é de KAL, um brilhante ilustrador que todas as semanas resume a atualidade mundial numa caricatura inspirada. O que se vê nesta capa é uma sugestão sobre a origem da crise: alguém ouviu uma conversa ("I've got a stock that could really excel") para decidir vender o mais depressa possível ("sell"), até que alguém desespera e abandona o jogo ("good bye"), o que é ouvido por alguém que desencadeia um movimento de compra ("buy"). O curioso na caricatura é que a ação que é desencadeada vai sempre no sentido contrário ao que a informação sugere (assim, os agentes compram quando tudo corre mal e portanto os títulos se desvalorizam e vendem quando tudo corre bem e deviam ficar com os títulos), acentuando assim a inconsistência da informação.

Fonte: The Economist, 1997.

Será assim? Com prudência, deve admitir-se que a circulação de informação de alta frequência terá certamente um efeito na determinação dos preços. Mas o que é que gera informação? Uma resposta parcial e interessante, mas preocupante, resulta de uma descoberta dos reguladores da Bolsa de Nova Iorque, que detetaram um movimento estranho durante um momento breve, na tarde de 16 de outubro de 2013, a partir das 15h35'40".

Dois dos maiores agentes do mercado intervieram pesadamente durante esse minuto, pelo que se veio a descobrir: são a Knight Capital e a Goldman Sachs, que será hoje o maior banco de investimento do mundo. Até esse minuto mágico, as ordens são dispersas, intensas, envolviam ações de muitas empresas. Depois dos 15h35'40", as ordens aceleram. Mas, precisamente às 15h36' aconteceu uma coisa inédita. Durante os 11 segundos seguintes, o mercado foi inundado por ordens caóticas de compra e venda, conseguindo sucessivas pequenas quantidades de trocas de muitos títulos.

O que é que se passou nesses 11 segundos? O regulador do mercado bolsista, preocupado, foi investigar. E descobriu que a Goldman Sachs – a grande empresa financeira que é agora presidida por Durão Barroso, o ex-presidente da Comissão Europeia – tinha decidido fazer uma experiência inovadora: determinou que os seus computadores testariam o mercado, bombardeando-o com propostas a dois preços diferentes. O que queriam saber é se assim enganariam os operadores humanos dos seus concorrentes e, sobretudo, os computadores que estes utilizam e que registam em tempo real as oscilações dos preços, tomando decisões programadas para respostas rápidas até certos valores. Por outras palavras, o grande jogo passou a ser de computadores que tentavam enganar computadores.

Não se tratava então de um boato, mas era certamente um modo de jogar com a informação para determinar preços e compra de títulos. Assim sendo, a explicação pelo humor de KAL não pode ser menosprezada. Pode então ser razoável a explicação das crises financeiras, ou das várias bolhas que registamos no primeiro gráfico, por via dos defeitos – ou da manipulação – da informação.

Mas essa explicação é muito limitada. De facto, ela sugere que as instituições dos mercados financeiros organizam um poder de iniciativa: só a Goldman Sachs e poucos mais operadores poderiam jogar com o mercado como naqueles 11 segundos de caos. Ora, as instituições têm um papel muito mais amplo do que esse jogo experimental sugere e há muito mais suspeitos (incluindo o nosso cândido Papá, Jamie Dimon, que não deixa de ser um dos banqueiros mais poderosos e mais perenes no mundo).

PARA O CONJUNTO DO PIB DA UE, SÓ NO INÍCIO DE 2016 É QUE A UNIÃO EUROPEIA VOLTOU AO NÍVEL QUE TINHA ALCANÇADO NAS VÉSPERAS DA RECESSÃO DO SUBPRIME.

Ao determinarem ou condicionarem as políticas monetária e financeira, ou os orçamentos públicos, essas instituições conduzem as relações económicas e sociais. Movem a desigualdade, para retomar a intuição de Kumhof ou de Stiglitz. E fazem-no não porque essa seja a consequência indesejada da inevitabilidade da sua ação, mas antes porque essa é a sua estratégia.

Veja agora, a esse respeito, o gráfico seguinte, que foi publicado por Paul Krugman no seu blogue no *New York Times* nos finais de 2013.

GRÁFICO 5
A COMPARAÇÃO ENTRE DUAS GRANDES RECESSÕES NA EUROPA

Fonte: Paul Krugman, New York Times, dezembro de 2013.

O gráfico compara a evolução da produção industrial na Europa a partir de um momento inicial das duas grandes crises: a recessão de 1929 e a recessão de 2008 (que são as datas do ponto de partida=100). E mede, para os anos seguintes, a trajetória dessa produção. Como se verifica, no caso da crise de 1929, que desencadeou a Primeira Grande Depressão, ao fim de quatro anos a produção industrial estava a recuperar. No caso da estagnação que estamos a viver, o gráfico vai até ao sexto ano depois do início da recessão e a produção industrial estava estagnada, tendo perdido mais de 10% desde o início da crise, e não dá ainda sinais de recuperação. Para o conjunto do PIB da UE, só no início de 2016 é que a União Europeia voltou ao nível que tinha alcançado nas vésperas da recessão do *subprime*.

A diferença entre uma linha e outra, aparte as alterações que as economias da Europa sofreram, é naturalmente a política que tem sido desenvolvida. Nos anos trinta do século passado, a resposta à recessão foi uma austeridade sobre os trabalhadores (mais desigualdade), mas acompanhada de um investimento importante, expandindo a procura (incluindo de bens militares) e criando emprego. Foi essa a escolha de Roosevelt, que a financiou com um forte aumento da carga fiscal sobre os mais ricos. Na estagnação atual, a resposta tem sido a contrária: criar desemprego para

reduzir ainda mais os salários, diminuir o investimento e a procura, acentuando por isso a recessão. É a isso que se chama "austeridade", e as condições constitucionais do Tratado Orçamental acentuam e perpetuam essa regra destrutiva.

Assim sendo, as bolhas especulativas não aparecem simplesmente por problemas de informação. Se assim fosse, a filha de Jamie Dimon teria evidentemente razão e o Papá, com a J.P. Morgan, não teria qualquer dificuldade em evitar ver-se envolvido na maçada de um *crash* financeiro: já se sabia que vinha aí a "coisa", bastaria proteger os bens e limitar a especulação. Pelo contrário, as bolhas especulativas aparecem porque as instituições e os processos de valorização de capital as criam, exprimindo relações sociais por via da extração de uma renda às famílias endividadas no *subprime* ou às que sofrem o agravamento dos impostos e redução de rendimentos em função da pressão do endividamento e da gestão da dívida soberana. A distorção dos preços ou as bolhas especulativas são processos de distribuição destas rendas. Ou, por outras palavras, as crises não são a consequência indesejável de um funcionamento deficiente dos mercados. A crise são os mercados.

4. A EUROPA NO TURBILHÃO

A crise é ainda uma oportunidade. No caso da União Europeia, a crise desde 2008 e a estagnação que se lhe segue são o contexto, a justificação e a máquina para determinar uma mudança de regimes sociais, submetendo a disputa social pelos salários a uma nova regra de controlo e de transferência de rendimento para o capital.

Nos anos 1980, aquando da intervenção anterior do FMI em Portugal, o instrumento para essa transferência foi a desvalorização com inflação. Como escrevia Nogueira Leite, que viria a ser mais recentemente secretário de Estado de um governo do PS e depois porta-voz do PSD, "houve uma perda brutal de nível de vida da população mas a economia ficou pronta para crescer" porque "assistimos a uma transferência brutal do fator trabalho para o fator capital. Ou seja, tirou-se às famílias e deu-se mais às empresas" (Leite, 2010: 80).

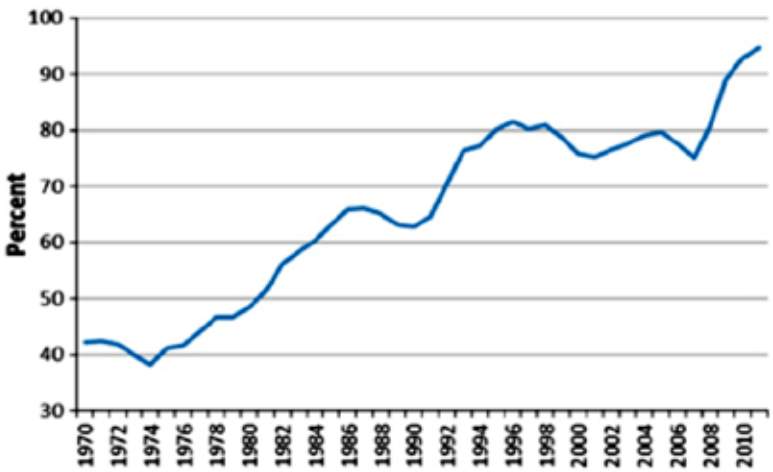
Nas condições atuais, nenhum desses instrumentos está disponível, pelo menos dentro do Euro. Portanto, para essa mudança de regime, o aumento do desemprego estrutural passou a ser o instrumento mais importante para reduzir o salário direto e o aumento de impostos para reduzir o salário indireto. É certo que a estatística do desemprego é muito enviesada pelo facto de ignorar os trabalhadores que, estando há muito tempo no desemprego, já não batem à porta dos centros de emprego e são por isso classificados como "inativos". Apesar disso, prefiro o indicador do desemprego ao do PIB, porque é mais revelador da evolução da situação social e não depende tanto de um efeito de composição de sinais eventualmente contraditórios. E esse indicador descreve o processo de desagregação das sociedades europeias, em particular dos protetorados, sob a política de austeridade: na média da Zona Euro, o desemprego estrutural e permanente duplicou desde o *subprime*.

A justificação para esta correção austeritária, que conduziu ao aumento do desemprego, tem sido a insustentabilidade das dívidas soberanas, alimentadas por uma despesa pública extravagante e ineficiente. Ora, como se verifica nos gráficos de Mark Blyth, este é um caso em que a causa parece ser a consequência da consequência ou em que a consequência parece ser a causa da causa: o aumento da despesa pública ocorre depois da crise e não antes da crise.

No Gráfico 6 regista-se como cresceu o peso das dívidas soberanas ao longo de quatro décadas, sendo evidente como se estabilizou nos primeiros anos do novo século, para depois disparar com a recessão.

GRÁFICO 6
EVOLUÇÃO DO PESO DAS DÍVIDAS SOBERANAS, 1970-2011

Government debt as a percentage of GDP, selected OECD countries, 1970–2011. Note: Countries included in unweighted average: Austria, Belgium, Canada, France, Germany, Italy, Japan, the Netherlands, Norway, Sweden, the United Kingdom and the United States.

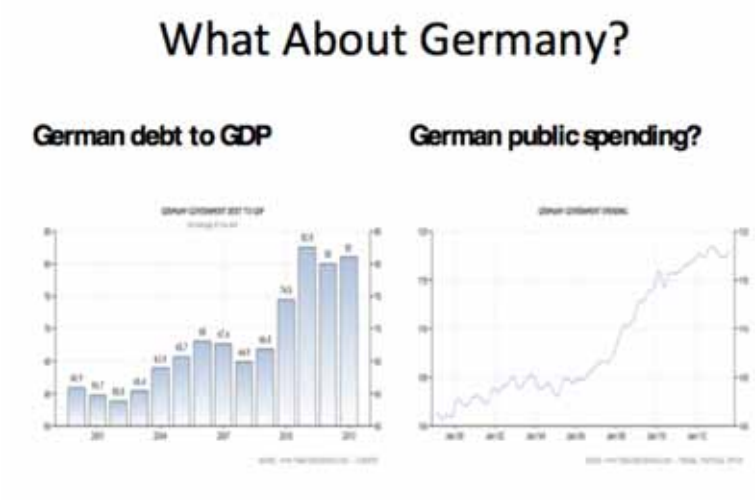


Fonte: Blyth, 2013.

O mesmo aconteceu em cada um dos países, se tomados em separado. Aconteceu inclusivamente na Alemanha: a despesa pública aumentou como respos-

ta à depressão e, em consequência, o peso da dívida no Produto cresceu significativamente, tendo aumentado de cerca de 65% em 2008 para 80% cinco anos depois. Dir-se-á que tem poucas consequências. E é certo, pois a Alemanha emite dívida a juros negativos, ou seja, ganha com a dívida que cria. Mas esse é precisamente o ponto, o efeito da dívida depende exclusivamente de dois fatores: a utilidade do gasto e o juro que é cobrado, e nomeadamente a relação entre este juro e o crescimento do PIB. Portanto, para a Alemanha, a dívida é uma dupla vantagem: beneficia da que cria e condiciona os países que criam a sua.

GRÁFICO 7
O BOM EXEMPLO DA ALEMANHA?



Fonte: Blyth, 2013.

Em todo o caso, a política do governo alemão foi a mesma que critica noutros países: criou dívida. O mesmo aconteceu, noutras proporções, nos países depois sujeitos a resgate mas que, não sendo centros financeiros, são obrigados a pagar juros excessivos pelo seu financiamento nos mercados internacionais. Ou seja, o poder da dívida é o poder de fixar as condições dos juros e as normas económicas e orçamentais que devem ser seguidas. A Alemanha ganhou em todos os tabuleiros, ao impor as condições do Tratado Orçamental. Dito por outras palavras, o sucesso de Merkel é o fracasso da União Europeia.

A essa luz, podemos agora rever a declaração de Giscard d'Estaing que está em epígrafe neste capítulo. O ex-presidente francês tinha sido o coordenador da Convenção que, reunindo os vários governos e outros representantes, tinha preparado um projeto de Constituição Europeia. Tudo corria bem até haver um referendo sobre o assunto e a Constituição ter sido recusada. Explica Giscard d'Estaing: decidimos então aprovar o mesmo texto sob a forma de um Tratado (de Lisboa) para evitar novos referendos. Ou seja, a política manhosa é preferível ao voto do povo, não porque permita evitar crises, até acrescenta a crise de legitimidade, mas porque disfarça uma estratégia que se consegue proteger da possibilidade de recusa pela democracia. A descrição das instituições da União Europeia está toda nesta manha.

5. CONCLUSÕES

Isto permite-me apresentar seis conclusões, revendo os dados aqui compilados.

A primeira é que as crises são parte da pulsação do capitalismo, mas que nas últimas duas décadas as bolhas especulativas aumentaram de volume e de impacto, como resultado da globalização e liberalização financeira.

A segunda é que essa conjugação de dificuldades de acumulação por via da extração de rendas financeiras criou um processo de endividamento insustentável para os países periféricos, que conduziu à crise do *subprime* de 2007 e à recessão de 2008, e depois a um longo período de estagnação (não tratarei aqui do debate sobre a "estagnação secular", que obviamente se relaciona com esta questão; a análise das grandes épocas do desenvolvimento capitalista e das raízes desta estagnação foi antecipada por Freeman e por mim num livro de 2001, *Ciclos e Crises no Capitalismo Global*).

A terceira é que esse processo de endividamento foi alimentado pela desigualdade crescente que, na década anterior ao início desta grande depressão, como na década anterior à Primeira Depressão, estimulou a transferência de rendimentos dos trabalhadores e pensionistas para a finança por via, primeiro, da dívida privada e, agora, da dívida pública.

A quarta conclusão é que as duas explicações disponíveis para a crise incluem elementos relevantes, mas que a explicação pela distorção da informação, o boato, é demasiado circunscrita, ao passo que a explicação pela estrutura da acumulação rentista aponta com precisão para as fragilidades que foram reveladas pelo *crash*. A economia extrativa e rentista é o núcleo coordenador das decisões de condução da política económica europeia e, portanto, da austeridade.

A quinta é que a política de austeridade orientada para o aumento do desemprego tem um efeito estratégico, que é enfraquecer a capacidade negocial dos movimentos operários e sociais e privatizar bens públicos essenciais, e distingue-se das políticas de austeridade da Primeira Grande Depressão (1929 e anos seguintes), que procuravam aumentar o investimento para

criar emprego.

A sexta conclusão é que recessão e a austeridade exigem despesa e que esta cria dívida, pelo que a austeridade é a causa, e não a cura, da depressão. A austeridade é mesmo uma ideia perigosa e a União Europeia, no horizonte dos vinte anos do Tratado Orçamental, das sanções e da regressão social imposta pelas "medidas estruturais", tornou-se um dos epicentros desse perigo. Vamos, portanto, ter mais recessões e crises bancárias e financeiras, que nos lembrarão que o mundo se tornou mais descontrolado com a liberdade de circulação de capitais – e que agravar a posologia tem sido a receita para as consequências desta estratégia. Para responder à estagnação, seria preciso acabar com a austeridade e para acabar com a austeridade seria preciso acabar com o peso da dívida.

Precisamente por ser o campo institucional onde se constitucionaliza a austeridade, a liberdade de circulação de capitais e a desigualdade na distribuição dos rendimentos, favorecendo uma economia extrativa baseada na renda, a União Europeia tornou-se um projeto falhado e consolidou-se como criadora e polícia de uma política perigosa. Há trinta anos, era uma promessa de democracia, de convergência e de correção estrutural; hoje é isto que vemos, desigualdade e autoritarismo sem soluções, crises de regimes, desagregação dos partidos tradicionais, perda de referenciais, crise de ideias e falta de identidade. Como se tem verificado recentemente, a política da ocultação e da manha tem limites verificáveis, e o referendo que conduziu ao Brexit só o tornou mais evidente. A UE da Europa alemã assenta em pressupostos, objetivos e estratégias que são perigosos para a nossa vida.

O fracasso de um poder desta magnitude é sempre ameaçador, pois, com o vazio, os monstros nascem sempre no sono da razão, como Goya bem lembrava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BLYTH, Mark (2013), *A Austeridade, A História de Uma Ideia Perigosa*, Lisboa: Quetzal.

EASTERLY, W. (2000), *The effect of IMF and World Bank Programs on Poverty*, Working paper, Banco Mundial.

FREEMAN, Chris e LOUÇÃ, Francisco (2001), *Ciclos e Crises no Capitalismo Global. Das Revoluções Industriais à Revolução da Informação*, Porto: Afrontamento.

KUMHOF, Michael, RANCIÈRE, Romain (2010), *Inequality, Leverage and Crises*, IMF Working Paper WP/10/268.

- (2011), um resumo do artigo anterior, disponível em: http://www.voxeu.org/index.php?q=node/6075.

LEITE, António Nogueira (2010), *Uma Tragédia Portuguesa – Toda a Verdade sobre o Estado da Nossa Economia. E uma Saída Possível*, Lisboa: Lua de Papel, com Paulo Ferreira.

LOUÇÃ, Francisco e AMARAL, João Ferreira (2014), *A Solução - Novo Escudo. O que Fazer no Dia Seguinte à Saída de Portugal do Euro,* Lisboa: Lua de Papel

IEO (2011), *Evaluation Report – IMF Performance in the Run-Up to the Financial and Economic Crisis, IMF Surveillance in 2004-7*, IEO Independent Evaluation Office of the IMF, Washington: IMF.

OSTRY *et al.* (2016), disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm

OBSTERFELD, Maurice (2016), entrevista, 2 junho 2016, disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2016/POL060216A.htm

REINHART, Carmen e ROGOFF, Kenneth (2009), *This Time is Different – Eight Centuries of Financial Folly*, Princeton: Princeton University Press.

STIGLITZ, Joseph (2013), *O Preço da Desigualdade*, Lisboa: Bertrand.

*Economista, professor na Universidade de Lisboa, militante de base do Bloco de Esquerda. Publicou recentemente *Os Burgueses* (com Jorge Costa e João Teixeira Lopes), *A Solução Novo Escudo* (com João Ferreira do Amaral) e *Segurança Social* (com Vítor Junqueira, José Luís Albuquerque e João Ramos de Almeida).

A hipótese socialista

MANUEL GARÍ*

A resposta à questão dos reptos do socialismo deve começar por reconhecer que as realidades e preocupações expressas no debate em curso no Espaço Público-CTXT[1], incluindo este contributo, estão condicionadas pela experiência política, os parâmetros culturais e a produção teórica do socialismo, permitam-me a expressão, do mundo ocidental e cristão industrializado.

Embora, dadas as características do capitalismo mundial atual, algumas das questões que se colocam reclamem incursões em terrenos globais e comuns para que possam ter utilidade para as reflexões que se produzam noutras latitudes. O ideal seria poder identificar os traços comuns mas também as diferenças e especificidades que constituem as diferentes expressões coexistentes do capitalismo no momento global e as manifestações da crise do capitalismo nos diferentes espaços segregados pela divisão internacional do trabalho, mas isso é uma tarefa que excede o debate em curso.

Vimos de uma grande derrota dos movimentos emancipatórios com objetivos pós-capitalistas, mas não é o fim da história. Basta recordar os anos decorridos entre as primeiras contestações do Antigo Regime e a sua queda e substituição pela ordem capitalista. Não é objeto deste artigo analisar as causas das vitórias do capital nem as da prostração dos seus antagonistas.

A partir de uma perspetiva de médio e longo prazo, o fio condutor do diálogo entre os muito diversos e geograficamente afastados sujeitos políticos e sujeitos emancipatórios pode ser estabelecido em torno do que produzir (deveríamos, em rigor, dizer extrair e manipular, pois a produção primária não é realizada pelo *homo sapiens*) para satisfazer que necessidades humanas (debate de alcance civilizacional: o que é o básico e o que é bem-estar), como fazê-lo (técnicas, materiais, processos, resíduos) e quem decide sobre cada uma das questões anteriores (a democracia como pilar e ferramenta da emancipação social).

VELHOS E NOVOS REPTOS

A disputa em torno do rendimento e da riqueza, característica do capitalismo industrial, continua a ser central. A luta entre as classes pelo excedente e o tempo e as condições de trabalho continuam a não ser um "assunto fechado", mesmo que se expresse em surdina. O programa máximo e mínimo do capitalismo é alcançar o máximo de lucro que lhe permita a demanda social efetiva. Daí que o capitalismo e o socialismo atribuam um papel diferente aos fins e aos meios, para o primeiro, a eficácia traduz-se no benefício privado (a ganância), para o socialismo, nos benefícios públicos (bem-estar da maioria, qualidade ambiental e direitos humanos).

Assim, é pertinente a pergunta: pode existir uma alternativa socialista que não seja explicitamente anticapitalista? Antecipo uma resposta: tentar "domesticar" ou "humanizar" o capitalismo é uma batalha de antemão perdida; combatê-lo e abatê-lo é precisamente o objetivo primeiro do projeto socialista, condição *sine qua non* para forjar a sua alternativa; como fazê-lo não tem resposta fácil nem unívoca, nisso consiste precisamente o cerne deste debate e o *que-fazer* político central de quem pretenda uma sociedade humana de iguais e livres em harmonia com a natureza.

A necessidade de construir sociedades autogeridas nas quais a democracia não fique à porta das empresas nem encontre limites ao seu pleno exercício é batalha essencial no lento progresso da humanidade rumo à igualdade. O Estado moderno, apesar de ter assegurado num curto espaço de tempo a extensão do bem-estar social nos países industrializados e de nele ter baseado a sua legitimação, atualmente volta a ter como função principal a contenção e domesticação da maioria social nos limites que impõe o capital.

1 - CTXT (Contexto y Acción) e Espaço Público (secção do periódico *Público.es*) é um espaço de discussão cultural conjunta sobre o papel dos intelectuais e dos meios de comunicação na esfera pública e sobre a sua influência na agenda política atual.

Mas isso reporta-se a três debates profundos: a) como articular a combinação das formas de exercício da soberania a partir da delegação e representação com as formas diretas de autodeterminação social?; b) como alcançar o controlo efetivo da sociedade sobre o seu governo através da criação de contrapoderes populares eficazes?; e c) como articular o local com o global, como substituir o Leviatã pela livre confederação das instituições locais, nacionais, regionais e internacionais? Isto supõe dessacralizar a arquitetura constitucional e atrever-se a imaginar outra ordem política, abrir um período destituinte e lutar pela abertura dos diversos processos constituintes necessários.

No entanto, têm-se juntado novas contradições sociais preexistentes agravadas pela financeirização do capitalismo. Um setor crescente de mulheres puseram em destaque perante a sociedade o que o enfoque da economia hegemónica esquece porque não tem "valor monetário", já que se produz fora do mercado: a reprodução, a manutenção e o cuidado com a espécie humana.

O capitalismo, para satisfazer o lucro, necessita de crescimento económico sem limites. O próprio Joseph Shumpeter, no seu *Capitalism in the Postwar World*, afirmou que um capitalismo estacionário é uma contradição dos termos. A natureza do sistema é produtivista porque a sua lógica é a colocação no mercado de novas mercadorias, novos artefactos que requerem enormes recursos materiais para a sua produção. No entanto, existem limites biofísicos que entram em confronto com esse crescimento económico. Por isso mesmo, um projeto socialista não pode fundar-se na premissa do aumento contínuo da atividade produtiva para resolver os problemas (seja o do emprego, seja o de assegurar mínimos massivos de bem-estar). As características produtivistas e extrativistas do capitalismo, presentes desde as suas origens, agudizaram-se. O modelo de produção está indexado à emissão de gases com efeito de estufa, a crise energética é desde os anos setenta do século passado o calcanhar de Aquiles do crescimento ilimitado a que o capitalismo está condenado e, por sua vez, a financeirização da economia tem impulsionado a financeirização do território e da cidade, resultando num aumento incessante da depredação do espaço físico e da perda acelerada da biodiversidade.

O "SOCIALISMO REAL" SIMPLESMENTE IMPLODIU NA CORRERIA LOUCA PARA COMPETIR COM O CAPITALISMO, E O PIOR É QUE DEIXOU ATRÁS DE SI UM RASTO DE DESCRÉDITO DAS IDEIAS EM QUE DIZIA INSPIRAR-SE.

Em 2016 é mais evidente, face ao grave conflito entre o crescimento capitalista e o equilíbrio da biosfera, a afirmação feita em 1667 por William Petty "o trabalho é o pai e o princípio ativo da riqueza como a terra é a mãe" no seu *A Treatise Of Taxes and Contributions*, ideia que posteriormente Karl Marx desenvolveu em *O Capital* ao afirmar que a fonte dos valores de uso são o trabalho e a terra e que o capitalismo realiza o seu crescimento tendo por base a exploração de ambas as fontes. Para Pierre Calame entrámos na era do Antropoceno, uma era geológica caracterizada pelo impacto cada vez mais massivo das atividades humanas sobre a biosfera. Face ao que foi dito, poderíamos dizer que Lenine teve vistas curtas, é certo que foi há mais de um século, quando definiu que o socialismo era o poder dos sovietes mais a eletrificação. Tudo isto determina os reptos do socialismo.

CRISE DA PERSPETIVA SOCIALISTA

A expansão da financeirização da economia à escala mundial incentivada por Reagan e Thatcher foi a resposta neoliberal ao fracasso do modelo de acumulação capitalista dos anos precedentes e ao fim da energia fóssil barata. E isso foi possível graças à deriva e à derrota, nos finais dos anos setenta e oitenta do século passado, do movimento operário tal como se havia configurado após a Segunda Guerra Mundial nos países industrializados.

Nesta segunda parte da equação, a da maioria social, conhecemos uma decomposição das formas de associação, socialização e decomposição das comunidades elementares da classe trabalhadora e a sua progressiva abdução pela ideologia e cultura da individualização, a perda de identidade como coletivo ou conjunto de coletivos, o desaparecimento de laços e um retrocesso da força das organizações políticas e sindicais nas quais se reconhecia. No nosso contexto mais imediato, na União Europeia, tal como diz Stanislav Holubec, se alguma coisa caracteriza a mudança experimentada pelas sociedades é que diminuiu a confiança mútua e a solidariedade. Determinando tudo isto, o que surgiu foi a crise do projeto que se reclamava do socialismo.

O vendaval da globalização capitalista – repleto de concorrência, produtivismo e falta de solidariedade – encontrou pela frente uma caricatura de sociedades

"socialistas" provenientes da evolução burocrática dos Estados que as governavam desde a Revolução Russa de 1917. Os Estados totalitários patrocinados pelo estalinismo precisavam de dois elementos básicos para significar, já não um avanço substantivo da humanidade, mas simplesmente uma varanda sobre o neoliberalismo: não foram capazes de satisfazer o conjunto de necessidades sociais de forma igualitária e sustentável, nem criaram mecanismos democráticos que legitimassem o exercício do poder. Um dos maiores erros cometidos pelos países do bloco soviético foi identificar a propriedade coletiva e social com o estatismo. O "socialismo real" simplesmente implodiu na correria louca para competir com o capitalismo, e o pior é que deixou atrás de si um rasto de descrédito das ideias em que dizia inspirar-se.

Se a pergunta "Quais são os restos de socialismo neste século?" se formulasse em qualquer dos grupos, direções ou gestões do PSOE, provavelmente os presentes enredar-se-iam num debate sobre o futuro do próprio partido. Um bom exemplo do que digo é o artigo de Jonás Fernández intitulado *Un futuro para el socialismo*, publicado no *El País* a 29 de novembro de 2016. Coisa que possivelmente também ocorreria no Partido Socialista francês de Hollande e em boa parte dos partidos europeus entroncados com a social-democracia transformada em social-liberalismo. Cada vez mais este assunto, assim apresentado e por relevante que seja para a governabilidade do sistema, importa pouco ou menos à maioria da sociedade. O problema desta corrente política não tem tanto a ver com as suas formas de organização, o tipo de lideranças ou as formas de se relacionar com a sociedade, apesar de também serem questões em aberto. O problema da social-democracia do século XXI é não ter um projeto social, económico e político autónomo e não subordinado ao neoliberalismo. O problema dos partidos socialistas é terem-se convertido, como diria Gramsci, em tutores dos interesses populares, ao invés de serem "agentes conscientes da libertação" das classes subalternas no seu processo de emancipação, tornaram-se um tipo de instituição funcional para a manutenção do próprio capitalismo.

A palavra socialismo perdeu o seu significado pelo caminho e está por saber se poderá recuperá-lo no âmbito dos futuros processos de mudança. De forma mais conjuntural, a palavra "socialismo" voltou ao debate político com o aparecimento de políticos como Jeremy Corbyn e Bernie Sanders. Mas nem um nem outro definem muito bem a que se referem quando a pronunciam. De momento, falta outra palavra melhor, e estou consciente de que lhe atribuo conteúdos que não fazem parte do "sentido comum" vigente na sociedade, e que estes são, todavia, minoritários numa esquerda empenhada em "resistir", mas cujo problema real é "existir" e voltar a pesar num contexto em que a contradição capital *versus* trabalho já não se coloca unicamente dentro do processo produtivo, mas em múltiplas áreas e temáticas.

A PALAVRA "SOCIALISMO" VOLTOU AO DEBATE POLÍTICO COM O APARECIMENTO DE POLÍTICOS COMO JEREMY CORBYN E BERNIE SANDERS. MAS NEM UM NEM OUTRO DEFINEM MUITO BEM A QUE SE REFEREM QUANDO A PRONUNCIAM.

HIPÓTESE SOCIALISTA: A LUTA POR UMA SOCIEDADE SEGURA

Se hoje colocássemos a pergunta "Como deseja viver?" a gente comum em qualquer cidade do nosso país, gente fora do debate teórico e não enquadrada em nenhuma organização política, provavelmente uma boa parte responderia o mesmo: viver sem medo. A característica da sociedade atual é que espalha o medo e a insegurança e os poderes públicos não garantem a solução. Após o furacão da crise, o crescente aquecimento global, a proliferação das guerras e dos atentados e a desordem mundial, a segurança converteu-se num objetivo revolucionário para viver sem medo do desemprego, de perder a casa e a saúde, da guerra, do terror e da violência – seja de género ou institucional -, do não chegar ao fim do mês, de governantes que decidem sobre a nossa existência sem nos pedir opinião, de leis de mordaça e direitos minguantes de um Estado crescentemente autoritário, de uns tribunais que impedem a livre autodeterminação dos povos, de uma União Europeia desenhada à medida dos bancos, de uns tratados comerciais internacionais que dão todo o poder às multinacionais e o rouba aos povos, de umas alterações climáticas que se não forem travadas originarão fome, sofrimento e conflitos. São coisas simples as que configuram esse viver sem medo que hoje preocupa milhares de pessoas na nossa sociedade. Coisas simples que afetam as pessoas e as pessoas entendem, coisas distantes dos jogos de palavras vazias que recheiam tantas páginas e presidem a tantos debates próprios das elites iluminadas e politizadas, mas distantes das pessoas.

É a partir de questões tão básicas que podemos estabelecer a nova hipótese socialista, o embrião do projeto de sociedade alternativa, a estratégia que permita – a partir das necessidades, aspirações e consciência das pessoas – avançar no processo de autoafirmação, auto-organização, mobilização e capacitação da maioria social em busca de uma alternativa não capitalista, e com isso dar sentido à luta eleitoral e política para formar governos de mudança. Governos capazes de resistir às pressões inimagináveis do sistema: credores da dívida pública, poderes oligárquicos - financeiros e industriais -, poderes podres e poderes visíveis do aparato do Estado e chantagens internacionais. Governos corajosos que criem as condições para alcançar a segurança exigida pela maioria social.

Alain Badiou colocou como axiomas – não como programa – da hipótese comunista: 1) o objetivo de uma sociedade igualitária; 2) o Estado não é imprescindível (seguramente, nem estalinistas nem social-democratas se deram conta do pensamento de Marx a este respeito); e 3) a organização do trabalho não implica a sua divisão, o trabalho pode ser poliforme e não pode tomar-se como base material das divisões entre classes sociais como no capitalismo (nem, acrescento, entre sexos, como no patriarcado).

EM SINTONIA COM OS CONTRIBUTOS DE MICHEL HUSSON E DANIEL TANURO, E SEM PRETENDER (NEM PODER) SER EXAUSTIVO E REFERINDO-ME EXCLUSIVAMENTE AO CAMPO DE UMA ALTERNATIVA PRODUTIVA NÃO PRODUTIVISTA DE UM PROJETO SOCIALISTA CONTRÁRIO AO CAPITALISMO, PROPONHO ALGUNS PONTOS PARA A TRANSIÇÃO SOCIALISTA.

Poderíamos reformular a hipótese socialista partindo dos pressupostos acima, somando algumas propostas e tendo consciência de que toda a hipótese deve ser verificada. Neste caso, o contexto de um processo histórico não determinado, aberto e, portanto, plurilinear, que implicará ensaios práticos, testes, erros, reorientações e aproximações sucessivas. Hipótese que se reforçará num conjunto de transições entrelaçadas e contraditórias. Hipótese que propõe que a mudança necessária é social (do conjunto das relações humanas de classe e de género), mas que também implica uma profunda modificação das relações da sociedade com a natureza, começando por uma mudança de modos energéticos.

Em sintonia com os contributos de Michel Husson e Daniel Tanuro, e sem pretender (nem poder) ser exaustivo e referindo-me exclusivamente ao campo de uma alternativa produtiva não produtivista de um projeto socialista contrário ao capitalismo, proponho alguns pontos para a transição socialista: a) controlo social sobre as prioridades económicas face aos ditames do mercado; b) controlo social sobre as condições de trabalho e a organização do trabalho face aos ditames patronais; c) assunção coletiva das tarefas do trabalho reprodutivo e do cuidar face à sua invisibilização e atribuição "automática" às mulheres; d) redução da jornada de trabalho face aos cortes salariais e à precarização; e) alargamento e gratuitidade dos serviços públicos básicos face às privatizações e aos cortes orçamentais em despesas sociais; f) investimento público democraticamente decidido e controlado através do desenvolvimento de diversas formas de propriedade social face ao oligopólio privado; g) autossuficiência alimentar baseada na agricultura ecológica face ao modelo agroindustrial; h) relocalização produtiva, "pacificação" do tráfego e transporte de bens e mercadorias por todo o mundo e cooperação internacional face aos ditames transnacionais; i) reestruturação da dívida e anulação da dívida ilegítima face às exigências de organismos como o FMI e o BCE; j) energias renováveis e poupança energética face à exploração dos recursos fósseis; k) limitação das atividades extrativas e opção por bens duradouros face ao usar e deitar fora que preside ao consumo mundial.

Não digo nada que seja fácil de fazer, e teremos de o fazer acompanhados, voltando a tecer novas cumplicidades, identificando novos sujeitos políticos e recordando sempre, com Daniel Bensaïd, que a emancipação não é um prazer solitário.

**Economista. Dirige a cátedra Trabalho, Ambiente e Saúde da Universidade Politécnica de Madrid. Membro do Podemos, militante dos Anticapitalistas e ativista social. Membro do Conselho Consultivo da Viento Sur.*

A Jaula de Aço, Max Weber e o marxismo weberiano

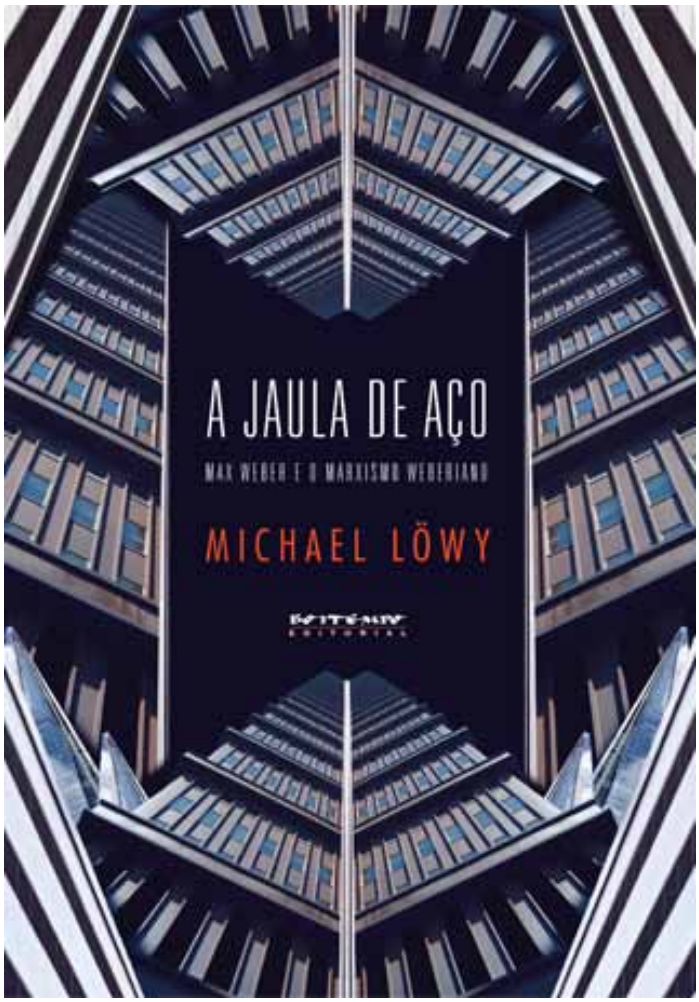
JORGE COSTA*

A *Jaula de Aço* é o mais recente livro do filósofo marxista Michael Löwy. Partindo da célebre obra de Max Weber - *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* -, Löwy apresenta alguns dos seus aspetos menos destacados, nomeadamente a crítica liberal de Weber ao capitalismo enquanto sistema total, que condena os indivíduos, em todas as esferas da vida, a uma existência subordinada, enclasurada na "jaula de aço" do sistema.

Logo nas primeiras páginas, Löwy deixa claro que Max Weber nada tem de adversário do capitalismo. Foi um nacionalista alemão no seu tempo e um opositor do socialismo. Mas o seu individualismo liberal é sensível aos argumentos da crítica romântica da civilização e resulta numa visão negativa do capitalismo. Daí, a conexão deste legado com o marxismo que o estudou e trabalhou.

Na sua visita à crítica weberiana do capitalismo, Löwy coteja-a com os principais elementos do anticapitalismo de Marx. Primeiros acordos: a definição das classes sociais a partir da posição de poder sobre o mercado e da propriedade, assim como a definição do Estado racional/burocrático e do seu monopólio da violência como condições necessárias do capitalismo. Logo começam os contrastes. Em primeiro lugar, acerca da origem do sistema, a que Marx chamou "acumulação primitiva de capital", sublinhando a violência social do processo. Pelo seu lado, Weber assume o essencial do discurso de autolegitimação do capitalismo: no início, é a poupança do capitalista e a sua atividade económica legal, metódica e racional. Só secundariamente Weber reconhece o "capitalismo imperialista", em que o lucro resulta da violência política coerciva e expansiva, reduzindo-o, porém, a um setor do capital, sem o identificar como uma fase do desenvolvimento do próprio sistema (como faz o seu contemporâneo Lenine).

Quanto ao papel da religião, o próprio Weber coloca-se abertamente em contraponto ao materialismo



histórico, invocando uma relação causal entre protestantismo e capitalismo. Mas esse confronto dilui-se quando o mesmo Weber recorre ao termo "afinidade eletiva". O conceito identifica elementos convergentes e análogos entre a ética religiosa protestante e o comportamento dos agentes económicos no capitalismo. Mais do que relações de causa e efeito, os dois fenómenos vivem numa "conexão íntima e eficaz" (como aponta Marx). Löwy recolhe referências mordazes dos escritos do sociólogo de Heidelberg sobre esta conexão. Perante as desigualdades gritantes do

capitalismo, Weber não só aponta a "boa consciência" religiosa que aceita toda a acumulação desde que seja legal, como sublinha na doutrina calvinista "a osmose suspeita entre o interesse de Deus e o interesse do empregador" ou ainda a inversão entre meios e fins sob o capital: "é o homem que enfrenta o lucro como finalidade da vida; já não é o lucro que é colocado como meio de satisfazer as necessidades vitais do homem".

É certo que a visão negativa de Weber sobre o capitalismo não resulta em qualquer forma de dialética transformadora. Esse é o maior contraste com Marx, que não descarta a possibilidade histórica de um futuro emancipado, reconhecendo até a existência, no passado, de formas sociais mais humanas destruídas pelo "progresso" capitalista. Quase um século mais tarde, Gramsci vai batizar como "otimismo da vontade" esta aposta revolucionária de Karl Marx, mas não deixará de referir Max Weber como exemplo do igualmente necessário "pessimismo da razão". De facto, a filiação de Weber na tradição alemã do pessimismo cultural resulta numa poderosa visão do devir burguês, a "servidão do futuro". A obsessão com os "bens exteriores" não é o "manto leve que podemos sacudir a todo o momento", como escrevia à época o pastor calvinista Baxter. Citando-o, Weber responde-lhe que, ao invés, o capitalismo é "uma jaula dura como aço", onde cessa toda a liberdade individual, restando a "escravatura sem dono" (*Economia e Sociedade*). Este destino trágico é denunciado também no final da *Ética Protestante*: "É perfeitamente ridículo atribuir ao atual capitalismo no seu apogeu (...) uma afinidade eletiva com a "democracia" ou até com a "liberdade" (em qualquer sentido do termo), quando a única questão que se coloca é saber como, sob a sua dominação, todas essas coisas serão, a longo prazo, possíveis".

NO SEU NOVO LIVRO, MICHAEL LÖWY ABORDA A PARADOXAL INFLUÊNCIA DE MAX WEBER, PENSADOR PESSIMISTA E RESIGNADO, SOBRE A TEORIA CRÍTICA E REVOLUCIONÁRIA. UM ESTUDO CATIVANTE, NESTA ÉPOCA DE SUBMISSÃO TOTAL A FORÇAS IMPESSOAIS - MERCADOS, FINANÇA, DÍVIDA, AUSTERIDADE - EM QUE A BARBÁRIE MODERNA IDENTIFICADA POR WEBER VOLTA A APRESENTAR-SE COMO DESTINO INEVITÁVEL.

A AFINIDADE NEGATIVA ENTRE CATOLICISMO E CAPITALISMO

A religião romana é uma sonora ausência na obra de Weber, que estudou expressões religiosas muito mais longínquas do que o catolicismo, que era a segunda religião na Alemanha e a primeira na Europa ocidental. Para Weber, as características da religião católica proporcionam um ambiente muito menos favorável ao desenvolvimento do capitalismo do que o protestantismo calvinista e metodista: estranheza ao mundo e proximidade à magia (súplica pela chuva; confissão), poder do clero e da burocracia, falta de coerência ética e flexibilidade dos dogmas. Mesmo no período de maior proximidade entre a Igreja e o poder do dinheiro nas cidades italianas, há uma "incapacidade de atribuir ao lucro um valor ético positivo". Abre-se o conflito entre a racionalidade formal católica (de base fraternal) e a racionalidade material capitalista.

Para Weber, "com uma ambiguidade característica, o clero sempre apoiou o patriarcalismo [a relação de poder da caridade], no interesse do tradicionalismo, contra as relações impessoais da dependência, mesmo se, pelo seu lado, a profecia arrasa as ligações patriarcais". Esta incompatibilidade fundamental dá origem a um "socialismo cristão" (expressão de Weber), que cedo enfrentará a oposição da hierarquia. Diante da emergência do movimento operário moderno e da experiência social da greve, a Igreja católica privilegia as "instituições de benfeitoria" (Weber), "que vão entravar a liberdade do movimento antiautoritário do proletariado". Löwy, autor de vasta bibliografia sobre a relação entre a religião e a política, apresenta diversos exemplos históricos de discurso e ação católica anticapitalistas, partindo da *Utopia* renascentista de Thomas More até à doutrina social da Igreja, iniciada na encíclica *Rerum Novarum* (1891), ao "socialismo personalista" de Mounier e à Teologia da Libertação latino-americana.

O CAPITALISMO COMO RELIGIÃO

Mais do que um dos leitores célebres de Max Weber partem desta ideia para um aprofundamento da crítica da civilização capitalista. É de Ernst Bloch a primeira referência ao capitalismo como religião, com clara referência a Weber. Mais tarde, Walter Benjamin definirá o capitalismo não apenas como "uma forma-

ção condicionada pela religião, como pensa Weber, mas um fenómeno essencialmente religioso". Para Benjamin, "o cristianismo, na época da Reforma, não favoreceu o advento do capitalismo, ele transformou-se em capitalismo".

Löwy elenca os argumentos de Benjamin: com o dinheiro como Deus, o capitalismo é uma religião sem dogma específico nem teologia - o que conta são as ações e a dinâmica social, a prática do culto. Esse culto é permanente e todos os dias são "de festa", como demonstra "o estado de tensão extrema que habita o adorador". Benjamin aproxima-se de um Max Weber que realçava "a valorização religiosa do trabalho profissional no mundo - exercido sem descanso, contínua e sistematicamente". Por fim, este culto "não é expiatório, mas culpabilizante": o capitalista é culpado e devedor em relação ao seu capital (obrigado ao seu aumento ilimitado), mas o pobre também é culpado, porque falhou a realizar dinheiro e endividou-se. A *schuld* (em alemão, "dívida" e "culpa") é tanto mais universal quanto se transmite de geração em geração. Para Benjamin, "o que o capitalismo tem de historicamente inédito é que a religião já não é reforma, mas sim ruína do ser. O desespero estende-se ao estado religioso do mundo, do qual se deveria esperar a salvação".

MARXISMO WEBERIANO?

A origem do termo é a expressão do filósofo francês Merleau-Ponty acerca da obra *História e Consciência de Classe*, do húngaro Georgy Lukács. Trata-se de "uma provocação intelectualmente produtiva", escreve Löwy, de um convite para usar "temas e categorias de Weber ao serviço de um percurso fundamentalmente inspirado por Marx". Löwy identifica essa pista weberiana no marxismo do próprio Lukács, que já estudou em livro anterior, também em Gramsci, na sua defesa do papel histórico das ideias e das representações contra a vulgata economicista, e ainda no peruano José Carlos Mariategui, que já nos anos 1920 sublinhava a "consanguinidade" entre capitalismo e protestantismo.

Na crítica da sociedade industrial e burocrática moderna, também a Escola de Frankfurt tocará territórios já explorados por Weber. A distinção entre razão substancial e razão instrumental aprofunda criticamente a distinção weberiana entre racionalidade formal e material. Para Adorno e Horkheimer, "com a extensão da economia de mercado burguesa, o sombrio horizonte do mito é iluminado pelo sol da razão do cálculo, cuja luz gélida faz germinar a semente da barbárie" (*Dialética da Razão*). Marcuse criticará Weber, mais duramente do que já Adorno e Horkheimer tinham feito, pela definição da racionalidade opressiva do capitalismo como "destino" fatal e pela visão da separação entre trabalhadores e meios de produção como "necessidade técnica".

O périplo que Michael Löwy realiza pelo diálogo entre a herança de Weber e a Escola de Frankfurt é encerrado em Jürgen Habermas. Aqui, a crítica da ideologia tecnocrática concentra-se na eliminação, que esta opera na consciência humana, da distinção entre ação estratégica (a do trabalho, institucional e estatal) e ação comunicacional (a interação no mundo sociocultural). Nos contributos iniciais de Habermas, essa distinção é essencial porque permite uma subordinação da razão estratégica ao debate e à democracia, a ação comunicacional. Porém, mais tarde, Habermas reformulará a sua proposta, valorizando em termos de "evolução histórica" a burocracia de Estado e a economia de mercado. Para Habermas, "as esferas de ação formalmente organizadas do burguês (economia e aparelho de Estado) constituem as bases para o mundo vivido pós-tradicional de um Homem (esfera privada) e de um Cidadão (esfera pública)". Para Löwy, o projeto político-cultural de Habermas acaba resumido a "tentativa de tornar a sociedade burguesa mais fiel à sua própria utopia racionalista", ensaiando uma separação estanque daquelas duas esferas de ação, como se pudessem ser suprimidos os conflitos e dilemas entre soluções radicalmente diferentes para a economia e as políticas públicas.

Ao sublinhar a importância do contributo de Weber para a conceção do capitalismo como sistema opressivo total, Löwy propõe-nos, em *A Jaula de Aço*, um percurso pela influência desta ideia. Nessa viagem apresenta-nos expressões do pensamento crítico e utópico, de dentro e de fora da experiência religiosa, que desobedeceram ao pessimismo de Weber e, à crítica, somaram a vontade praticada, a transformação.

A Jaula de Aço encontra-se à venda online:

www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/visualizar/a-jaula-de-aco

* Jornalista. Deputado e dirigente do Bloco de Esquerda. Realizou o documentário *Donos de Portugal*.

28 JANEIRO

CONFERÊNCIA NACIONAL DA REDE ANTICAPITALISTA

LISBOA

+info: redeanticapitalista.net